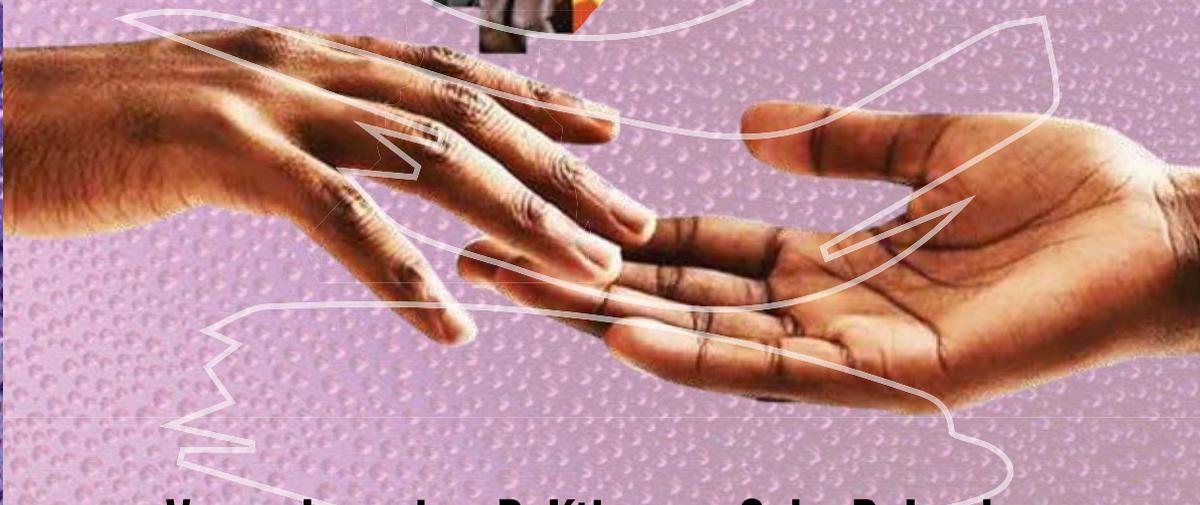
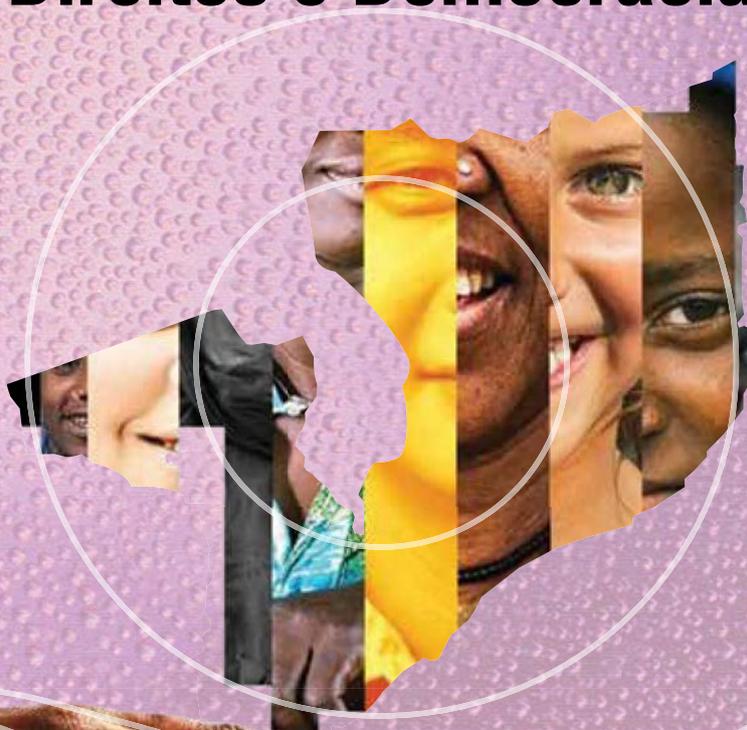




**Centro de Aprendizagem  
e Capacitação da Sociedade Civil**

# **Programa IGUAL – Direitos e Democracia**



**Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado  
e na região do Vale do Zambeze: PERCURSOS E DESAFIOS**

**Maputo, Dezembro de 2022**

## FICHA TÉCNICA

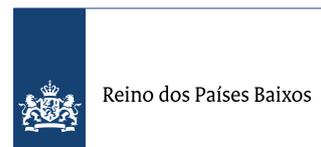
---

AUTORIA: Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC)

© CESC – Moçambique, 2022

TÍTULO: Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do ZAMBEZE: Percursos e Desafios

FINANCIADOR: Embaixada do Reino dos Países Baixos



## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

### PÁGINA INSTITUCIONAL

O CESC coordena um mecanismo de apoio à Sociedade Civil denominado Programa IGUAL (Direitos e Democracia), financiado pela Embaixada do Reino dos Países Baixos. O Programa IGUAL visa fortalecer Organizações da Sociedade Civil nos seguintes aspectos:

- Fortalecer o acesso de defensores dos direitos humanos, minorias sexuais, mulheres e crianças em zonas de conflito a mecanismos de defesa e protecção dos direitos humanos
- Aumentar a participação e representação dos cidadãos, com enfoque nas prioridades das mulheres e dos jovens nos espaços e processos de governação e política.

O Programa IGUAL visa contribuir para uma sociedade moçambicana justa, inclusiva e sustentável, em que todas as pessoas tenham igual acesso a direitos, serviços e oportunidades.

Visando alcançar os resultados do programa, o CESC canaliza recursos, desde 2021 até 2025, para colectividades da Sociedade Civil (organizações, redes, plataformas e grupos) da província de Cabo Delgado, da região do Vale do Zambeze (Manica, Sofala, Tete e Zambézia) e de nível central na sua actuação, por meio de Fundos Plurianuais (FP) e Fundos de Resposta Rápida (FRR). Actualmente conta com 18 parceiros, sendo 6 na área de Democracia e Governação e as restantes 12 na área de Direitos Humanos. 50% destas organizações/colectividades são de nível local.

Saiba mais sobre o Programa e as suas actividades em:

<https://www.cescmoz.org/index.php/nosso-trabalho/programa-igual>



## ÍNDICE

Estrutura	7
Metodologia	7
Sumário Executivo	9
Acrónimos e Siglas	11
Introdução	15
Metodologia	18
Uma Abordagem sobre o Quadro Legal	20
Breve Discussão em torno do Conceito "Juventude"	22
Formal e Informal: A Necessidade da Participação Política	24
Jovens e Política: Uma Relação de Proximidade e Distância	27
Direitos Humanos e Juventude: Dimensão Internacional	36
Longa Marcha pelos Direitos Humanos dos Jovens em Moçambique	37
Juventude e Processos Eleitorais: Uma Relação Tremida?	38
Actores, bloqueios, oportunidades	40
Caminhos Juvenis para uma Participação Local	42
Participação Juvenil em Espaços Formais e Informais: Exemplos e Práticas Locais	44
Vozes Juvenis e Política em Moçambique	48
Diagnóstico: Uma Abordagem a partir dos Desafios da Juventude	51
1. O Desafio da Inclusão	51
2. O Desafio da Inclusão	52
3. O Desafio da Partidarização	58
4. O Desafio da Aceitação	60
Mover em Frente em Busca de Soluções	62
Conclusões	64
Estratégias para o Programa Igual na área de Direitos Humanos Juvenis	65
Soluções, Estratégias e Responsabilidades	66



## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

### ESTRUTURA

Este estudo subdivide-se em oito (8) partes. A primeira faz uma introdução geral sobre os objectivos e o contexto sob o qual se fundam as bases da participação política juvenil. Mais adiante, na segunda parte, faz-se uma abordagem em torno do quadro legal que funda a participação política juvenil no contexto internacional e nacional. Na terceira parte, descreve-se uma abordagem relativa ao conceito de juventude, destacando as suas diferentes facetas. A seguir, na quarta parte, apresenta-se um debate atinente à relação entre política e juventude. Na quinta parte, traz-se uma abordagem sobre os direitos humanos e sua relação com a juventude. Por sua vez, na sexta parte, faz-se uma breve análise da relação entre eleições e juventude. Na sétima parte, apresentam-se as vozes juvenis no contexto de Moçambique. Antes da conclusão, na oitava e última parte, faz-se uma transição sobre as prováveis soluções mediante os desafios dos jovens em promover a sua participação política em Moçambique.

### METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, baseamo-nos numa metodologia combinada na pesquisa documental (research desk) e realizámos 75 entrevistas com jovens cujas idades variam entre 18-35 anos. E porque não há uma forma única de se abordar as oportunidades de engajamento cívico dos jovens, dada à variedade e complexidade dessa franja populacional, optou-se por uma metodologia evolutiva construída na base da informação recolhida, por via da técnica de bola de neve. As entrevistas realizaram-se entre 1 de Outubro – 6 de Dezembro (2022) e abrangeram as Províncias de Cabo Delgado e da região do Vale do Zambeze (Sofala, Manica, Tete e Zambézia). A abordagem foi Youth-Centred Design – uma metodologia criativa à resolução de problemas que coloca menos ênfase na perícia e mais ênfase na capacidade e vontade de uma pessoa pensar sobre diferentes formas de resolução de problemas, nesse caso, os jovens.

Ao incluir mais vozes no processo de design deste estudo, procurou-se compreender, idealizar, construir e testar soluções que bloqueiam a participação juvenil no panorama político, visando doptar os jovens de capacidade e aptidão para criar soluções práticas a partir dos seus contextos. Tratou-se, por conseguinte, de um trabalho que compor-tou desafios, porque a recolha de respostas junto dos jovens foi complexa, por causa da pouca disponibilidade de tempo destes versus a busca de sustento, sem ignorar a dificuldade de identificar pessoas-chave, ao nível local, para conceder entrevistas. Igualmente, notou-se o risco de um clima de permanente desconfiança em torno de questões políticas. A ser explicado mais adiante, destaca-se, ainda, a existência de relativo desequilíbrio entre mulheres quando comparado aos homens, o que impacta no diagnóstico dos anseios das jovens mulheres em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze.



## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

### SUMÁRIO EXECUTIVO

O debate em torno de jovens e política ocupa, nos dias actuais, um espaço privilegiado, dado que a tendência demográfica de vários Países, incluindo Moçambique, sugere que os jovens são a maioria, o que conseqüentemente coloca desafios de vária ordem, seja do ponto de vista social (acesso aos serviços), económico (emprego) e político (governança e políticas públicas). Este estudo discutiu os desafios e as oportunidades de participação política dos jovens em Moçambique, com enfoque para a dimensão local – Municipal, na região do Vale do Zambeze e em Cabo Delgado.

Ficou demonstrado que, apesar de não apresentarem os mesmos anseios em função do seu local de proveniência e residência, os jovens enfrentam obstáculos de vária ordem, com destaque para a falta de oportunidades laborais, exclusão em função de cores partidárias, bem como a falta de aceitação pelos actores mais velhos. Igualmente, foram apontadas as barreiras da permanente desconfiança que os jovens enfrentam para que sejam, de facto, reconhecidos como agentes de mudança.

Este estudo destaca, entre outros resultados, o facto de os jovens estarem conscientes da necessidade da sua participação na vida política do País, pese embora haver ainda desafios que impedem que tal participação seja efectiva, com destaque para:

1. Desafio da aceitação: Nota-se, ao longo da pesquisa, que os jovens vivem num clima de desconfiança permanente, ocasionado pelos adultos que, por muito tempo, resistem em renunciar ao poder.
2. Desafio da empregabilidade: Destaca-se ainda que a falta de oportunidades de emprego impede os jovens de exercerem a sua participação política, pelo que se dividem entre a busca de sustento e sobrevivência quotidianas.
3. Desafio da partidarização: Persiste a extrema polarização de opiniões e associação partidária em qualquer actividade desenvolvida por jovens, o que repele qualquer acção cívica que a juventude pretenda desenvolver.
4. Desafio da inclusão: Subsiste a ocupação de cargos políticos pelos mesmos actores, pelo que os jovens se sentem sem espaço para colocar as suas preocupações junto dos governantes.

Diante dos desafios acima, os jovens propõem diferentes soluções, as quais devem ser implementadas não só pelas autoridades governativas e organizações da sociedade civil, mas igualmente pelos próprios jovens, com destaque para:

- Governo: Promover a aceitação igualitária, estabelecendo mecanismos que permitam a participação dos jovens enquanto agentes de mudança em programas de governança e facilite-lhes o acesso às oportunidades laborais, evitando,

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

desta feita, a sua selecção por via dos partidos políticos ou de organizações juvenis de cariz partidário.

- Sociedade Civil: Tornar-se um verdadeiro actor de advocacia em prol dos direitos da juventude, por meio da promoção de capacitações que incitem os jovens a tornar-se membros de organizações cívicas e associativas.
- Juventude: Desenvolver acções enérgicas por meio de petições e demonstrações de rua que façam com que os tomadores de decisão se sintam pressionados, seja por via da informalidade das redes sociais da Internet ou dos espaços formalmente estabelecidos (por exemplo: Conselhos Consultivos).

Em relação ao Programa Igual, foram destacadas as seguintes estratégias para melhorar a sua actuação no âmbito dos direitos humanos com enfoque nos jovens:

- Ampliar o mapeamento das organizações juvenis que trabalham na área de direitos humanos e participação cívica dos jovens, em particular as mulheres, com o propósito de trazer melhores práticas que possam apoiar as estratégias e acções a ser adoptadas pelo Programa Igual e seus parceiros.
- Capacitar os jovens por meio da técnica e prática (ferramentas para a vida), para que estes [jovens] possam obter meios de auto-sustento, com vista a colmatar os desafios impostos pela falta de oportunidades laborais ao nível local.
- Apostar em práticas cívicas para além do politicamente institucional, fazendo desta forma uma abordagem igualmente informal, por meio da cultura e do desporto – esta acção pode ter menor custo, mas capaz de alcançar largo número de jovens.
- Buscar boas práticas juvenis em prol dos direitos humanos em Moçambique, fazendo com que estes exemplos possam estar ao dispor do público jovem de forma ampla, por meio de ferramentas virtuais como Facebook e WhatsApp.

## ACRÓNIMOS E SIGLAS

**ANAMM** – Associação Nacional de Municípios de Moçambique

**CAJ** – Carta Africana da Juventude

**CC** – Comités Comunitários

**CDD** – Centro para Democracia e Desenvolvimento

**CEDIMO** – Centro Nacional de Informação e Documentação de Moçambique

**CESEC** – Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil

**CIVICUS** – World Alliance for Citizen Participation

**CL** – Conselho Local

**CNE** – Comissão Nacional de Eleições

**CNJ** – Conselho Nacional da Juventude

**FAE** – Funcionários e Agentes do Estado

**FC** – Fundos Comunitários

**FDS** – Forças de Defesa e Segurança

**FL** – Fóruns Locais

**Frelimo** – Frente de Libertação de Moçambique

**HRMI** – Human Rights Measurement Initiative

**MAEFP** – Ministério da Administração Estatal e Função Pública

**MDM** – Movimento Democrático de Moçambique

**OJM** – Organização da Juventude Moçambicana

**ONU** – Organização das Nações Unidas

**Renamo** – Resistência Nacional Moçambicana

**SEJE** – Secretaria de Estado da Juventude e Emprego



Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado  
e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

O maior desafio tem a ver com a inserção da camada juvenil nas questões políticas, porque se começarmos com os jovens, seguramente, estaremos bem encaminhados, para conhecer o nosso destino; mesmo que a gente não esteja lá [no Executivo] a dirigir, se estivermos inseridos na vida política, já é um passo importante. Mesmo os partidos políticos, que estão a surgir agora, devem incluir os jovens.

...Eu acho que o espaço para os jovens participarem até pode existir, mas a questão é: Como chegar nesses espaços? Apesar de termos um Parlamento em que, poucas vezes, os jovens são ouvidos ou têm oportunidades [de lá estar] – poucas vezes, os jovens expõem seus desafios. É preciso que os mais velhos, que estão lá [no Parlamento], abram espaços para os jovens participarem, mesmo ao nível das Províncias e dos distritos, seja a partir do Chefe da Localidade, do Chefe do Posto ou do Administrador, até ao mais alto nível.

DK, 27 anos, Moatize/Tete, 14 de Outubro 2022.



## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

### INTRODUÇÃO

Há falta de espaço para os jovens no País. Por exemplo, aqui [Pemba] é ainda pior. Não há espaço onde os jovens podem organizar encontros e realizar projectos. Mesmo os espaços desportivos e de lazer, são [espaços] privados. Não há oportunidades de intercâmbio, aqui [Pemba], entre os jovens. O maior factor limitador é a questão partidária. Há uma conotação permanente em relação aos jovens, por isso eles ficam no silêncio.

JV, 30 anos, Pemba/Cabo Delgado, Outubro 2022

A citação acima (a última) consta de uma entrevista realizada com um jovem residente na Cidade de Pemba, Cabo Delgado. A sua revelação é um indicador de um sentimento que sugere o fechamento de oportunidades para que os jovens desenvolvam as suas habilidades de participação. Para tal, invoca-se a excessiva partidarização como um factor de bloqueio, o que faz com que os jovens se sintam menos interventivos na política.

Tal realidade se afigura um contraste sobretudo, se considerarmos que, historicamente em Moçambique, há uma percepção segundo a qual os jovens foram sempre uma força criativa, dinâmica e inovadora, dado que, ao longo do tempo, tais jovens participaram e contribuíram para catalisar mudanças importantes.<sup>1</sup> Contudo, actualmente, os jovens enfrentam a pobreza, barreiras à educação, múltiplas formas de discriminação e emprego limitado, como se abordará ao longo deste estudo.

Actor	Discurso	Entidades criadas	Periodização
Samora Machel	Juventude, "Seiva da Nação"	Organização da Juventude Moçambicana (OJM)	1975-1986
Joaquim Chissano	Juventude, "Seiva da Nação"	Ministério da Juventude e Desportos	1986-2005
Armando Guebuza	Geração da Viragem	Ministério da Juventude e Desportos	2005-2015
Filipe Nyusi	Bravos e Recrutados	Ministério da Juventude e Desportos e Secretaria da Juventude e Emprego	De 2015- Presente

**Tabela 1:** Resumo das narrativas governativas sobre jovens e política (Tsandzana, 2022).

A tabela supra resume os momentos históricos e políticos pelos quais os jovens passaram. Partindo do célebre discurso sobre 'Juventude, a seiva da nação', o momento de maior interesse passa a ser o último (Filipe Nyusi), marcado por discursos segundo os quais os jovens são bravos lutadores contra o terrorismo, porém, simultaneamente, são vistos como actores que alimentam o terrorismo. Importa destacar

que as narrativas sobre jovens surgem num escopo legal bem definido na Constituição da República de Moçambique:

- (1) A juventude digna, continuadora das tradições patrióticas do povo moçambicano, desempenhou um papel decisivo na Luta de Libertação Nacional e pela democracia e constitui força renovadora da sociedade.
- (2) A política do Estado visa, nomeadamente, o desenvolvimento harmonioso da personalidade dos jovens, a promoção do gosto pela livre criação, o sentido de prestação de serviços à comunidade e a criação de condições para a sua integração na vida activa.
- (3) O Estado promove, apoia e encoraja as iniciativas da juventude na consolidação da Unidade Nacional, na reconstrução, no desenvolvimento e na defesa do País. (4) O Estado e a sociedade estimulam e apoiam a criação de organizações juvenis para a prossecução de fins culturais, artísticos, recreativos, desportivos e educacionais.
- (5) O Estado, em cooperação com as associações representativas dos pais e encarregados de educação, as instituições privadas e organizações juvenis, adopta uma Política Nacional de Juventude capaz de promover e fomentar a formação profissional dos jovens, o acesso ao primeiro emprego e o seu livre desenvolvimento intelectual e físico.

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

Art.º 123, Constituição da República de Moçambique (versão 2014).

O artigo 123 revela que a participação dos cidadãos nos processos políticos formais é fundamental para a democracia, pois, se um segmento da população é privado dos seus direitos, a representatividade e legitimidade de quem governa é minada. Embora os jovens participem nos processos políticos de múltiplas formas, a sua representação nos processos políticos formais é limitada, razão pela qual se reconhece que o envolvimento dos jovens é essencial para tornar os processos políticos representativos<sup>2</sup>.

Historicamente, desde a eclosão da "Primavera Árabe", no Norte de África, os jovens de outras regiões do continente tendem a permanecer politicamente activos, por meio de movimentos políticos, ao invés de se envolverem nos partidos políticos<sup>3</sup>. Assim, os jovens são tradicionalmente activos politicamente nas universidades (quando permitidos), mas frequentemente desiludidos com as lideranças políticas e instituições políticas, dado que, na sua maioria, eles são excluídos do desenvolvimento de políticas. Como resultado, o activismo político dos jovens não está organizado de acordo com as instituições formais, como partidos políticos ou organizações da sociedade legalmente constituídas<sup>4</sup>.

É nesse contexto que podemos observar que as oportunidades para os jovens se envolverem na governação e participar no processo político e de tomada de decisões dependem, em grande medida, dos contextos políticos, sócio-económicos e culturais, ainda que as normas, em várias partes do mundo, resultem em múltiplas formas de discriminação contra os jovens. Particularmente, embora se entenda a participação política como um acto democrático sem exclusão, as jovens mulheres são as que menos usufruem dos seus direitos civis e políticos, e Moçambique não é excepção<sup>5</sup>.

Ademais, tanto o envolvimento formal como o informal, podem ser entendidos como mecanismos de participação política e ambos são benéficos para uma democracia viva e resiliente, embora existam fortes indícios de que a participação dos jovens nos processos políticos formais e institucionais é relativamente baixa, quando comparada com a dos cidadãos mais velhos de todo o mundo<sup>6</sup>. Tal realidade desafia a representatividade do sistema político, razão pela qual este estudo procurou saber junto dos jovens, que desafios eles enfrentam para, de forma plena, exercer a sua participação política<sup>7</sup>.

Por fim, sublinhe-se que a participação política dos cidadãos requer um ambiente social favorável, que inclua as liberdades fundamentais e políticas, dado que em Países em desenvolvimento e/ou politicamente frágeis como Moçambique, o espaço cívico tem tendência a estar mais fechado<sup>8</sup>. Por exemplo,

<sup>2</sup> Aceproject, Youth and Elections, s/d [https://aceproject.org/ace-en/topics/yt/overview], Acessado em 5 de Dezembro de 2022.

<sup>3</sup> Honwana, A., The time of youth: Work, social change, and politics in Africa, Sterling VA, Kumarian Press, 2012.

<sup>4</sup> Nações Unidas, UNDP – Enhancing Youth Political Participation throughout the Electoral Cycle, 2012.

<sup>5</sup> CeUrbe, As "inaudíveis": Estudo sobre violência contra a mulher nas eleições: o caso dos Municípios de Mocuba e Chókwè, Maputo, 2019.

<sup>6</sup> Aceproject, Op cit.

<sup>7</sup> A noção de participação política é, detalhadamente, definida mais adiante neste estudo.

<sup>8</sup> Pereira, C. e Forquilha, S, Navigating Civic Spaces in Mozambique, Baseline Report, Maputo, Institute for Social and Economic Studies, 2020.

o relatório global da CIVICUS (2022)<sup>9</sup> já indica que o custo crescente dos alimentos e dos combustíveis desencadeou mobilizações contra a corrupção, a má gestão e a desigualdade, sem que ocorreram protestos em massa em muitos países de todo o mundo, mesmo em contextos autoritários.

Outrossim, há um crescente número de Países a restringir o envolvimento cívico por meio da promulgação de leis que restringem a liberdade de associação, de expressão e de movimento<sup>10</sup>. Tal realidade tem um sério impacto na participação dos cidadãos nos processos políticos e eleitorais, especialmente para os jovens, que frequentemente utilizam os métodos não formais de participação, como o activismo baseado em ferramentas digitais.

Este estudo é importante porque embora Moçambique seja considerado um País com uma população maioritária (mais de 60%) com menos de 35 anos de idade<sup>11</sup>, há poucos estudos que, de facto, se interessaram em discutir a relação deste grupo etário com a política. O mesmo sucede com a plataforma de rastreio sobre direitos humanos (HRMI)<sup>12</sup>.

Do que existe<sup>13</sup>, o interesse continua a ser, marcadamente, sobre as eleições, pelo que não apresentam abordagens sistemáticas que tenham alcance noutras formas de participação política, tão pouco sobre os direitos humanos, pois deve ser entendido que o respeito por tais direitos representa uma oportunidade para que os jovens exerçam em pleno as suas capacidades como 'agentes de mudança' na cena política nacional. Do contrário, os mesmos jovens continuarão posicionados à margem das decisões políticas, por conta das violações que afectam direitos tais como à participação e associação.

## METODOLOGIA

Para a realização deste estudo, baseamo-nos numa metodologia combinada na pesquisa documental (research desk) e realizámos 75 entrevistas com jovens, na sua maioria residentes nos Municípios, cujas idades variam de 18 a 35 anos. O seu perfil espelha-se na sua maioria por estudantes (particularmente do Ensino Superior), desempregados e alguns, poucos, exercendo actividades laborais. Entenda-se que não existem melhores formas de se abordar as oportunidades de engajamento cívico dos jovens, dada à variedade e complexidade dessa franja populacional, pelo que se trata de uma metodologia evolutiva plenamente construída na base da informação recolhida, pela metodologia do tipo 'bola de neve' – busca de actores em sequência e com base nas suas experiências.

As entrevistas realizaram-se entre 1 de Outubro – 6 de Dezembro, abrangendo as Províncias de Cabo

<sup>9</sup> CIVICUS, Monitor: Tracking civic space, 2022 [<https://protestrights2022.monitor.civicus.org/>], acessado em 16 de Dezembro de 2022.

<sup>10</sup> Moçambique prepara-se para adoptar diferentes pacotes legislativos com sérios impactos no espaço cívico, com destaque para a Proposta de Lei das Comunicações, Lei sobre o Funcionamento das Organizações da Sociedade Civil, bem como a recente lei aprovada sobre o Branqueamento de Capitais e Acções Conexas.

<sup>11</sup> Censo Geral da População, Instituto Nacional de Estatística, INE, Maputo, 2017.

<sup>12</sup> HRMI, Rights Tracker, 2022 [<https://rightstracker.org/en/country/MOZ?tab=report-empowerment>], acesso em 16 de Dezembro de 2022.

<sup>13</sup> Ver estudos do Parlamento Juvenil de Moçambique (2014), EISA (2021), IMD (2022) e Friedrich Ebert Foundation Moçambique/CeUrbe (2022).

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

Delgado e da região do Vale do Zambeze (Sofala, Manica, Tete e Zambézia). A abordagem foi centrada em Youth-Centred Design – uma metodologia criativa à resolução de problemas que coloca menos ênfase na perícia e mais ênfase na capacidade e vontade de uma pessoa pensar sobre diferentes formas de resolução de problemas, nesse caso, os jovens.

Ao incluir mais vozes no processo de design deste estudo, procurou-se compreender, idealizar, construir e testar soluções que bloqueiam a participação juvenil no panorama político, visando que jovens estejam aptos para criar soluções práticas a partir dos seus contextos. Tratou-se, por conseguinte, de um trabalho que comportou riscos, porque a recolha de respostas junto dos jovens foi complexa, por causa da pouca disponibilidade de tempo destes versus a busca de sustento.

Igualmente, há um clima de permanente desconfiança em torno de questões políticas, sem ignorar o desafio de identificar pessoas-chave para a realização de entrevistas localmente. Ademais, predomina um relativo desequilíbrio entre mulheres, quando comparado aos homens, o que impacta no diagnóstico dos anseios das jovens mulheres em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze, ainda que se reconheça a proximidade nas percentagens (45% – mulheres e 55% – homens).

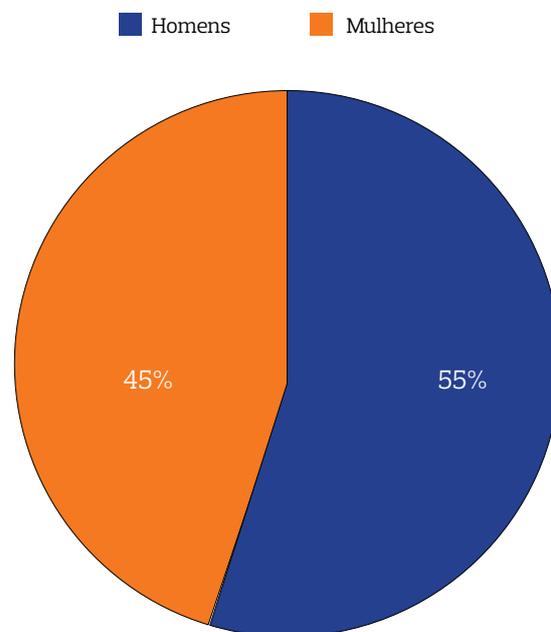


Gráfico 1: Distribuição dos entrevistados em género (Tsandzana, 2022).  
A divisão, em termos de Províncias, seguiu a lógica abaixo:

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**



**Gráfico 2:** Distribuição dos entrevistados por Província (Tsandzana, 2022).

Os dados apresentados nos gráficos 1 e 2 revelam a complexidade existente em abordar a questão da participação juvenil ao nível local, razão pela qual não só se considera a importância do género, mas igualmente a localização dos jovens, apesar de o fosso desta ser menor. Embora este não tenha sido elemento de destaque para o estudo, dos entrevistados, 70% residem nos Municípios e 30% fora deste, precisamente em Distritos fora do perímetro da urbe.

### UMA ABORDAGEM SOBRE O QUADRO LEGAL

Alguns jovens não têm oportunidades, porque os que participam em várias organizações, apenas estão entre eles. Não há espaço para os jovens colocarem os seus problemas; não sei para os outros – para mim, não vejo esse espaço. Não conheço nenhuma organização juvenil que me pode ajudar a expor as minhas preocupações. IJ, 25 anos, Zambézia, 13 de Outubro de 2022.

Iniciamos esta secção com uma citação que visa mostrar que o desconhecimento de espaços e oportunidades para os jovens resulta, muitas vezes, na sua exclusão. Ao referir que não conhece uma organização juvenil em que pode expor os seus anseios, IJ revela aparente falta de informação sobre as entidades que lhe sejam úteis no exercício da sua participação política. Nesse contexto, esta secção visa apresentar, sinteticamente, os mecanismos existentes que enquadram a participação política dos jovens, desde a dimensão internacional ao contexto nacional.

O crescente enfoque na participação da juventude por actores internacionais, tais como as Nações Unidas e outras organizações de desenvolvimento, deu origem, desde o início do século XXI, a uma série de eventos, declarações e apelos a acções para melhorar a qualidade da participação da juventude nos processos de tomada de decisão. Com efeito, muitos Países desenvolveram estratégias e planos de acção nacionais, mas existem frequentemente desafios relativos à sua implementação. Comumente, há falta de recursos

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

atribuídos à sua implementação, falta de responsabilidade horizontal e de incentivos políticos.

Embora ter uma política nacional não garantida, por si só, uma participação efectiva dos jovens, considera-se um importantíssimo ponto de partida. Assim, as políticas nacionais para os jovens podem impor acções governamentais, estabelecer metas, e dar ímpeto às organizações para aumentar a participação da juventude, numa série de processos e estratégias de tomada de decisão, que incluem parlamentos juvenis, participação dos jovens em fóruns consultivos, diálogos, processos de estabelecimento da paz e órgãos de decisão política.

Outrossim, temos, em África, uma Carta Africana da Juventude (CAJ), adoptada em 2006, em Banjul – Gâmbia. A CAJ estabelece os princípios fundamentais e direitos dos jovens no continente, destacando a necessidade de os Estados-membros respeitar e fazer cumprir as obrigações que estes possuem para uma sã participação dos jovens na governação. No caso de Moçambique, nota-se que em termos formais – legais –, existe alguma atenção dos actores políticos, para que os jovens, particularmente, tenham oportunidade de contribuir social e politicamente na esfera da governação, destacando-se, assim, alguns direitos e deveres definidos pela Política Nacional da Juventude:

Direitos da Juventude	Deveres da Juventude
Acesso à saúde, educação, formação, a estágios pré-profissionais, cursos técnico-profissionais de curta duração, emprego e auto-emprego.	Defender a soberania e respeitar os símbolos nacionais.
Liberdade de expressão.	Promover o espírito de paz, cidadania, reconciliação nacional, patriotismo e auto-confiança.
Protecção contra a exploração laboral, violência, crime, abuso sexual e consumo de drogas.	Adquirir habilidades para apreender conhecimentos científicos e de liderança.
Prática de educação física, desporto e recreação.	Promover e defender a democracia por meio da participação activa nos processos que visam salvaguardar os valores da democracia no País.
Participação nos processos de tomada de decisão, em especial, nos assuntos inerentes à Juventude.	Promover o espírito de solidariedade e do voluntarismo.
Liberdade de reunião e de associação; Acesso à informação adequada e de qualidade.	Cultivar o espírito do cumprimento voluntário e consciente das Leis.
Liberdade de filiação em partidos políticos.	Desenvolver o auto-didatismo para aumentar os seus conhecimentos e desenvolver o espírito de invenção.
Propriedade individual e colectiva	Contribuir para a promoção da saúde, no geral, por meio da prática de hábitos de vida saudáveis, tais como exercício físico, nutrição equilibrada e combate ao alcoolismo e drogas.
Viver num ambiente harmonioso e saudável.	Promover a educação e protecção ambiental, e a igualdade de género.
Serviços jurídico-legais, assistência médica e medicamentosa.	Promover e valorizar as tradições culturais e o património histórico e cultural do País; promover e respeitar os valores morais, éticos, tradicionais e culturais.

**Tabela 2:** Direitos e deveres da Juventude (Política Nacional da Juventude)

Legalmente, em Moçambique, a participação na vida política é consagrada no artigo 73 da Constituição da República, na qual se refere que "o povo moçambicano exerce o poder político através do sufrágio universal, directo, igual, secreto e periódico para a escolha dos seus representantes, por referendo sobre as grandes questões nacionais e pela permanente participação democrática dos cidadãos na vida da Nação". Assim, a participação política consagrada por via da Constituição da República não se limita apenas aos processos eleitorais, pois, estende-se aos diversos momentos do processo governativo, a realização de eventos públicos como manifestações ou reuniões associativas.

Conforme observado acima, embora Moçambique seja rico em termos de legislação com foco na juventude, a percepção de que estes instrumentos não encontram um efectivo enquadramento prático no dia-a-dia dos jovens é predominante, considerando que esta camada encontra, de forma contínua, restrições de vária ordem, para a sua representação e participação efectivas em fóruns de tomada de decisão, sobretudo, nos níveis formais (Assembleias Municipais/Provinciais e Parlamento).

#### **BREVE DISCUSSÃO EM TORNO DO CONCEITO "JUVENTUDE"**

Esta secção pretende, em linhas gerais, apresentar o que se entende sobre o conceito de "juventude", por não haver consenso entre os estudiosos. Em geral, pode-se afirmar que a juventude é um período de transição da dependência para a independência e autonomia. Porém, sucede que tal transição ocorre em momentos diferentes em relação a direitos diferentes, por exemplo, no que diz respeito à educação, ao emprego e à saúde sexual e reprodutiva, e depende, entre outros, do contexto sócio-económico<sup>14</sup>. É nesse contexto em que os jovens enfrentam discriminação e obstáculos face ao gozo dos seus direitos em virtude da sua idade, limitando o seu potencial de engajamento cívico, seja ao nível local ou nacional. De forma ampla, entende-se por juventude como a fase posterior à adolescência e anterior à fase adulta. Contudo, tal não se pode ter como um dado adquirido, quando recordamos, por exemplo, que a aplicação do que se entende por juventude, em Moçambique, pode ter conotação diferente noutros Países ou contextos. De facto, não se pode assumir que exista uma única definição sobre juventude.

Para fins estatísticos e sem prejuízo de quaisquer outras definições, as Nações Unidas definem a juventude como o grupo etário composto por pessoas entre os 15 e 24 anos. Esta definição, que surgiu no contexto dos preparativos para o "Ano Internacional da Juventude", em 1985, foi endossada pela Assembleia Geral pela Resolução n.º 36/28, de 1981. As Nações Unidas explicam ainda que, em vários Países, a "maioridade" diz respeito à idade em que uma pessoa recebe tratamento igual perante a lei. Não obstante, a definição operacional e as variantes do termo "juventude" diferem de País para País, dependendo de factores sócio-culturais, institucionais, económicos e políticos.

Como se pode notar, não existe uma definição consensual sobre juventude, pelo que se pode invocar várias dimensões. Geralmente, juventude é um termo associado à idade dos indivíduos, na qual começam a exercer os seus direitos cívicos, por exemplo, o voto. No entanto, várias organizações estabelecem os seus critérios para delimitar as idades que compreendem a idade juvenil, conforme ilustra a tabela abaixo:

<sup>14</sup> Galland, O., *Les jeunes*, Paris, La Découverte, 2009.

Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado  
e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

Organização	Idade
Commonwealth e União Europeia	15-29
UNESCO e Organização Internacional de Trabalho	15-24
UN Habitat	15-32
Banco Mundial	15-34
União Africana	15-35

**Tabela 3:** Definição de juventude com base na idade (compilação, Tsandzana, 2022)

Diante do debate acima, este estudo adota o conceito segundo o qual a juventude é uma construção social, económica e política que depende única e exclusivamente do contexto em que tais jovens vivem<sup>15</sup>. Adicionalmente, para efeitos de parâmetro e convenção, optou-se pelo intervalo de idade que vai dos 18 anos 35 anos, limite usado na realização das entrevistas e comumente aplicado em Moçambique. Tal escolha se justifica pela necessidade de se manter um padrão na análise que se pretende fazer.

Na literatura especializada, o interesse em torno da discussão sobre juventude integra um conjunto de trabalhos que, ao longo dos anos, foram desenvolvidos na "sociologia das idades da vida"<sup>16</sup>, mesmo que não haja consenso sobre o que estamos, de facto, a falar.<sup>17</sup> Para o continente Africano, designados continuamente como "bolha", os estudos juvenis procuram associar o fluxo crescente e quantitativo de jovens no continente, com semelhança de uma ampola que em algum momento poderá romper.

Outros autores preferiram designar "inchaço da juventude", a existência de uma proporção invulgarmente elevada de jovens numa população adulta, uma realidade que implica a presença de uma situação anormal que pode piorar: Uma população jovem protuberante apta para explodir, pois, a violência extrema é tida como uma dessas consequências.<sup>18</sup> Sabe-se, ainda, que o fenómeno "inchaço juvenil" inspirou diversas correlações estatísticas. Em geral, refere-se que a presença de grandes números de jovens em vários Países pode levar a resultados inquietantes e, talvez, devastadores.

Outrossim, a teoria dos efeitos de geração baseia-se no pressuposto de que a socialização dos jovens exerce efeitos duradouros na socialização política. Neste sentido, a adolescência de cada indivíduo é o período relevante para o desenvolvimento do seu pensamento político. Partindo deste argumento, alguns autores assumem que os jovens de hoje são menos activos e nunca atingirão o nível de participação política dos mais velhos. Isso se explica porque os jovens têm, na actualidade, mais dificuldade em atingir os marcos sociais e culturais (ter um emprego e constituir família) da idade adulta, o que resulta

<sup>15</sup> Tsandzana, D., 'Sobre juventude(s) e política em Moçambique: propostas para um debate inacabado', Diálogos de Governação, Universidade Eduardo Mondlane, No. 7, pp. 1-12, 2022.

<sup>16</sup> Van de Velde, C., Sociologie des âges de la vie, Paris, Armand Colin, 2015.

<sup>17</sup> Bourdieu, P., La jeunesse n'est qu'un mot. Entretien avec Anne-Marie Métaillé – Les jeunes et le premier emploi, Paris, Association des Âges, 1984.

<sup>18</sup> Sommers, M., The outcast majority: War, development, and youth in Africa, Athens, GA, University of Georgia Press, 2015.

num atraso irreversível na participação política.<sup>19</sup>

Outra razão para a percepção de comportamentos diferentes entre os grupos etários deriva das distintas definições de comportamento político ou de participação política; é exactamente aqui que surgem diferenças entre os jovens e os adultos, razão pela qual a secção abaixo propõe uma discussão didáctica relativa à participação política<sup>20</sup>.

### **FORMAL E INFORMAL: A NECESSIDADE DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA**

Existem diferentes dimensões do que se pode entender por participação política. Tanto o envolvimento formal como informal, podem ser considerados parte dessa participação política. Tal realidade pode ser explicada num cenário em que a pesquisa em torno da participação política tem sofrido mudanças significativas, ao longo das últimas décadas. De facto, vários campos do saber contribuíram para alargar a nossa compreensão sobre a participação política<sup>21</sup>. Contudo, devido à complexidade da própria definição, tornou-se menos claro perceber quais os pressupostos e critérios centrais relacionados ao termo. Esta é a razão por que propomos a presente secção explicativa.

Tal como o termo juventude, a participação política não colhe consensos sobre o que realmente significa, pelo que pode comportar duas formas principais: Eleitoral e Cívica. Estamos, pois, diante do que a literatura<sup>22</sup> preferiu designar Participação Política Convencional (eleitoral) e Não Convencional (manifestação, protestos, voluntariado, petições, boicotes, entre outras formas de engajamento cívico).

Há, ainda, uma outra dimensão de análise da participação política, que se resume na distinção entre Participação Política Institucionalizada (votação ou filiação partidária) e Não Institucionalizada (manifestações, protestos ou boicotes). Esta última é particularmente importante para este estudo, uma vez que os jovens residentes no espaço urbano (Municípios) possuem maior probabilidade de participar por meio de canais não institucionalizados como as redes sociais da Internet<sup>23</sup>, se comparados aos indivíduos de idade avançada ou adulta.

Assim, a participação eleitoral refere-se ao direito de eleger e ser eleito a diversos cargos públicos. No que toca ao direito de ser eleito, a participação é medida pelo nível de presença nos diversos cargos públicos. Pode-se, desta feita, afirmar que se está diante de um envolvimento na política que tem, nas eleições, a forma clássica de engajamento na vida política de um País, em que os cidadãos são chamados a escolherem os seus governantes na base de um exercício que, no caso de Moçambique, é feito há cada cinco anos.

<sup>19</sup> Tagliabue, S., Lanz, M. & Beyers, W., The transition to adulthood around the mediterranean: contribution of the special issue, *Journal of Adolescence*, Vol. 37, Nr. 8, pp. 1405–1408, 2014.

<sup>20</sup> Weiss, J., What Is Youth Political Participation? Literature Review on Youth Political Participation and Political Attitudes, *Frontiers Political Science*, Vol. 2, No. 1, pp. 1–13, 2020.

<sup>21</sup> Verba N, Nie, N & Kim, J., *Participation and Political Equality: A Seven Nation Comparison*, New York, Cambridge University Press, 1978.

<sup>22</sup> VEKman, J. et al., Political participation and civic engagement: Towards a new typology, *Human Affairs*, Vol. 22, No. 3, 2012, pp. 283–300.

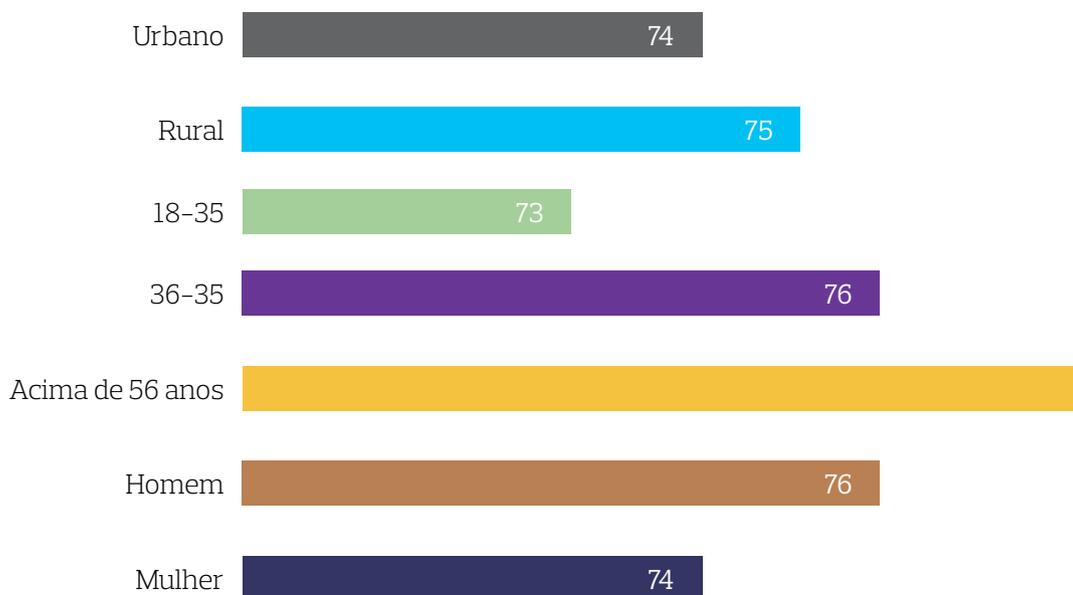
<sup>23</sup> Tsandzana, D., Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: a participação política dos 'conectados desamparados', *Comunicação e sociedade*, Vol. 34, No. 1, pp. 235–250, 2018.

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

Contudo, é preciso destacar uma limitação, ao nível das eleições locais, as que, a priori, são consideradas espaços de maior engajamento político dos jovens na esfera local, uma vez que o poder Municipal é visto como sinónimo de proximidade. Sucede, porém, que há um conjunto de limitações que a lei produz no que refere à participação de grupos independentes da sociedade civil, que seriam vistos como espaços facilitadores da intervenção dos jovens que estejam fora dos partidos políticos.

Ademais, é justamente no artigo 18 da Lei n.º 14/2018, de 18 de Dezembro, em que está estipulado que *“a legitimidade de apresentação das candidaturas aos órgãos autárquicos cabe aos partidos políticos, coligação de partidos ou grupos de cidadãos eleitores proponentes, legalmente constituídos, através de listas plurinominais”*. Se analisada com atenção particular, podemos afirmar que a lei inibe, de certa forma, que cidadãos membros de organizações sociais ou sem uma dimensão formal concorram nos pleitos eleitorais locais.

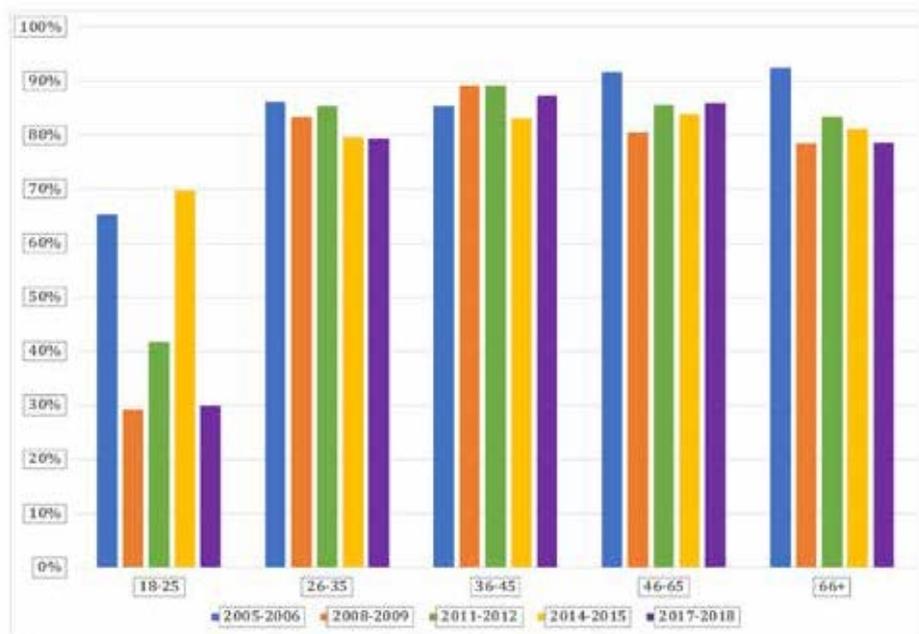
Adicionalmente ao exposto acima, importa destacar que a participação dos jovens, nos processos políticos e eleitorais formais, é relativamente baixa, quando comparada com a dos cidadãos mais velhos. A votação, uma das vias formais mais importantes para a participação política, é um exemplo claro. Dados sobre a participação dos eleitores de vários Países sugerem que os jovens eleitores tendem a participar menos nas urnas em comparação com os cidadãos mais crescidos. Contudo, as mesmas eleições continuam a ser largamente suportadas como um mecanismo ideal de participação política, seja pelos adultos ou por cidadãos com idade abaixo ou igual aos 35 anos, tal como ilustram os dados (em percentagem) do Afrobarómetro.



**Gráfico 3:** Apoio às eleições enquanto mecanismo de participação política, segundo Afrobarómetro<sup>24</sup> (adaptado por Tsandzana, 2019-2021)

<sup>24</sup> Ver Afrobarómetro, Support for elections weakens among Africans; many see them as ineffective in holding leaders accountable, 2022 [https://www.afrobarometer.org/wp-content/uploads/2022/09/AD551-PAP15-Support-for-elections-weakens-in-Africa-Afrobarometer-Pan-Africa-Profile-7sept22.pdf], acessado em 15 de Dezembro de 2022.

Dados semelhantes estão disponíveis para posições de filiação e liderança em partidos políticos e par-  
lamentamentos<sup>25</sup>. Contudo, em Moçambique, os resultados eleitorais divulgados pelo Comissão Nacional de  
Eleições (CNE), são desagregados apenas na sua dimensão por género, faltando uma dimensão que  
considera a faixa etária como elemento central de análise, embora um estudo detalhado contendo da-  
dos completos do Recenseamento Eleitoral forneçam tal resultado. Em Moçambique, dados do inquérito  
do Afrobarómetro indicam que as eleições continuam a ser uma modalidade central na participação  
política.



**Gráfico 4:** Dados sobre participação em uma ou mais eleições, de acordo com a idade, segundo Afrobarómetro, nas vagas do inquérito decorrido entre 2005-2018 (compilado por Tsandzana, 2022)<sup>26</sup>

Como consequência, os jovens estão mais inclinados a participar em processos informais do que em processos políticos e eleitorais formais. Activismo, protestos e campanhas são vias comuns, dado que a juventude é, frequentemente, a força motriz por detrás dos movimentos de reforma.<sup>27</sup> No mundo contemporâneo e historicamente, há exemplos de vibrantes movimentos de protesto liderados por jovens. Eles, também, tendem a envolver-se em actividades cívicas, orientadas para o serviço, tais como o voluntariado para uma causa social. Muitos jovens estão mais inclinados a aderir a um projecto de plantação de árvores, por exemplo, do que a aderir a um partido político que fala sobre a plantação de árvores no futuro.

<sup>25</sup> Ver Aceproject, Youth and elections, s/d [https://aceproject.org/ace-en/topics/yt/overview], Acessado em 5 de Dezembro de 2022.

<sup>26</sup> Dados retirados da Tese de Doutoramento, Tsandzana, D., "Le rapport des jeunes à la politique au Mozambique : espaces et pratiques d'une participation politique en régime hybride", Sciences Po Bordeaux, 2022.

<sup>27</sup> Honwana, A., "Que política e política para quem? Juventude e engajamento político em Moçambique", In D. M. Rosário, E. Guambe & E. Salema (org). Democracia Multipartidária em Moçambique, Maputo, EISA, pp. 255-272, 2020.

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

Além disso, percebe-se que as oportunidades de participação dos jovens nos processos políticos dependem, em grande parte, do contexto político e cultural. Um ambiente democrático pode ser mais favorável à participação em geral. Na sua maioria, a promoção da participação dos jovens deve ser orientada para atingir níveis relativos aos do resto da população. Além dos processos e estruturas políticas e eleitorais formais, há várias formas de os jovens serem activamente envolvidos nos processos e instituições de tomada de decisão, que afectam o seu ambiente e as suas vidas. Estas incluem estruturas que permitem aos jovens fornecer contributos e influenciar processos e estruturas que lhes possibilitam aprender sobre os processos de elaboração de políticas, como, por exemplo:

- Conselhos Nacionais de Juventude
- Parlamentos Juvenis (local, nacional, regional, internacional)
- Fóruns (local, nacional, regional, internacional)
- Processos de Paz (em contextos pós-conflito)
- Diálogos sociais participativos ou estruturados e observatórios de jovens
- Planeamento participativo (por exemplo, orçamentação e defesa do orçamento), monitoria (por exemplo, auditorias sociais, cartões de pontuação comunitária e outros mecanismos de supervisão dos cidadãos)
- Júris de jovens, julgamentos simulados
- Sondagens de opinião, inquéritos/consultas online e petições
- Organizações da Sociedade Civil
- Conselhos Locais, Fóruns Locais, Comitês Comunitários e Fundos Comunitários

**Tabela 4:** Diferentes modalidades de participação política (adaptado, Tsandzana, 2022)

### JOVENS E POLÍTICA: UMA RELAÇÃO DE PROXIMIDADE E DISTÂNCIA

Não me pareça que a governação seja boa no País, porque existem coisas que são ditas e, depois, não são cumpridas, sobretudo, para os jovens. Os nossos governantes, quando chega a campanha, prometem, mas não cumprem. Na vida dos jovens, só se fica na esperança, mas depois de o governante conseguir eleger-se, não cumpre com a palavra.

PB, 26 anos, Tete/Moatize, 14 de Outubro de 2022.

Ao iniciar com a fala de PB, de Moatize, Província de Tete, quis-se ilustrar a aparente falta de engajamento e frustração que assola o espírito participativo dos jovens, marcado, na sua essência, pela desconfiança que se instalou para com os políticos no geral e nos governantes, em particular. Mesmo que a realidade de Moçambique mostre o contrário, parece notório o quão os jovens tendem a estar envolvidos em movimentos de mudança em diferentes Países. Neles, os jovens estão a tomar as ruas e a utilizar as redes sociais da Internet e comunidades virtuais para se conectarem, expressarem as suas vozes, e fazerem campanhas pela mudança.<sup>28</sup> No geral, os jovens estão a protestar contra regimes autoritários,

<sup>28</sup> Srinivasan, S. et al., S., *Publics in Africa in a Digital Age*, London, Routledge, 2021.

corrupção e desigualdades.

Esses jovens estão, ainda, a lutar pelo desenvolvimento sustentável e por um futuro melhor para as gerações actuais e vindouras. No entanto, a representação política de mulheres e homens jovens continua a ser limitada, por isso, eles têm exigido cada vez mais uma participação significativa nos processos de tomada de decisão, para que tenham mais controlo sobre a forma como as suas vidas e os seus futuros são moldados. Essa revelação é parte do que foi elencado como desafio ainda enfrentado pelos jovens ao nível local, tal como ilustra a fala abaixo:

Eu acho que a governação não tem sido abrangente neste País, sobretudo, quando olho para os desafios dos jovens – não há enquadramento dos jovens nos espaços de diálogo em Moçambique. Os jovens anseiam ter mais representatividade no Parlamento. Se fizermos uma radiografia dos cargos de governação, maior parte são pessoas adultas e não fazem parte da faixa etária juvenil.

Eles [os governantes] dizem que os jovens não possuem experiência, por isso não vemos os jovens a ocupar posições de governação. O Governo devia apostar e acreditar mais na juventude. Temos, hoje, muitos jovens frustrados no País e estão na criminalidade e em drogas, porque não têm oportunidades; essa é uma das causas de os jovens estarem em grupos de insurgência lá em Cabo Delgado.

EN, 27 anos, Sofala, Outubro de 2022.

A fala acima revela a necessidade que existe em ter os jovens como parte do processo de tomada de decisão, não apenas pelo facto de estes constituírem uma franja populacional importante, mas por serem actores que devem ser vistos como verdadeiros agentes de mudança. Globalmente, a participação e representação dos jovens nos processos políticos institucionais e na elaboração de políticas é relativamente baixa. As pessoas com menos de 35 anos raramente se encontram nos parlamentos, na administração pública e nos órgãos de decisão. Embora os jovens estejam envolvidos no activismo no espaço digital, a protestar, a voluntariar-se para melhorar as suas comunidades e a inovar para o bem social, a sua participação e influência na política formal são limitadas.

No caso de Moçambique, os gráficos 5 e 6 mostram a tendência da representação legislativa de jovens, tanto para a Assembleia da República como para a Assembleia Municipal, pelo que se conclui que a exclusão dos jovens é evidente nesses órgãos. Nota-se alguma limitação nesses dados, uma vez que em sede dos órgãos eleitorais, apenas em 2018/2019 se começa a desagregar os dados por género e a idade dos candidatos desses órgãos permaneceu desconhecida nos anos anteriores. Exercício interessante pode ser feito se considerarmos a actual distribuição da população na administração pública, por idade e sexo, tal como ilustra o Anuário Estatístico dos Funcionários e Agentes do Estado, entre 2016-2017 (CEDIMO, 2018).<sup>29</sup>

A base de dados dos funcionários e agentes do Estado (FAE), indica que, em 2017, o contingente dos recursos humanos do Estado era constituído por 365 826 funcionários e agentes do Estado, o que constitui

<sup>29</sup> O Centro Nacional de Informação e Documentação de Moçambique (CEDIMO), publicou o último anuário em 2018, estando neste momento (2022) a preparar os dados de 2017-2022.

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

um aumento de 10% face a 2015, quando eram 332 155 funcionários e agentes do Estado. Destes, 219 335 (60%) eram do sexo masculino e 146 491 (40%) eram do sexo feminino. A tabela abaixo resume os mesmos dados divididos por sexo e idade.

<b>Sexo</b>	<b>Ano</b>	<b>18-25</b>	<b>26-31</b>	<b>32-37</b>	<b>38-41</b>	<b>42-48</b>	<b>49-54</b>	<b>55-59</b>	<b>60-65</b>	<b>+65</b>
<b>H</b>	2015	9 138	44 089	51 791	22 903	25 180	23 515	12 656	8 186	6 621
	2016	6 589	38 844	52 239	28 925	28 224	21 223	15 542	8 982	7 479
	2017	9 906	42 345	56 182	29 087	28 456	21 308	15 589	8 964	7 500
<b>M</b>	2015	8 667	33 232	36 754	16 306	15 698	10 041	4 852	2 352	1 183
	2016	6 585	30 932	39 932	20 939	19 443	11 002	6 584	3 368	1 981
	2017	9 430	33 563	40 078	21 030	19 357	11 011	6 607	3 421	1 906

**Tabela 5:** distribuição dos funcionários e agentes do Estado por sexo e faixa etária (CEDIMO, Ministério da Administração Estatal e Função Pública, MAEFP, 2018)

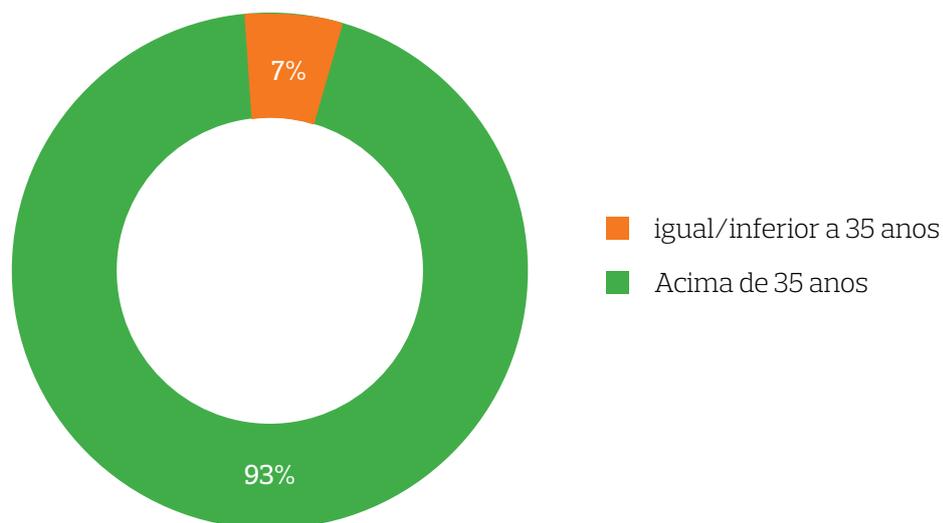
Contrariamente ao que variadas vozes levantam sobre desemprego exponencial dos jovens, os dados acima chamam atenção pelo facto do maior número de funcionários e agentes do Estado estar amplamente concentrado justamente nas faixas que vão dos 26 aos 37 anos de idade, sobretudo no intervalo concreto de 32-37 anos. Contudo, a faixa considerada como "idade juvenil inicial"<sup>30</sup> (18-25 anos) é a mais baixa, na mesma dimensão que os funcionários e agentes do Estado nas idades entre 55 até mais de 65 anos de idade. Por um lado, tal pode estar associado ao facto dos jovens em idade inicial possuírem menor experiência e oportunidades para entrar no aparelho de Estado. Por outro lado, as faixas mais adultas estão em processo de desligamento ou reforma do aparelho do Estado.

Em outras palavras, os dados globais que indicavam que, dos 365 826 funcionários e agentes do Estado existentes a nível nacional em 2017, o maior crescimento verificou-se na faixa etária dos 38-41 anos, com 28% seguido da faixa etária dos FAE com acima de 55-59, com um crescimento de 27%. Importa, ainda, realçar que comparativamente a 2015, o efectivo de funcionários e agentes do Estado do sexo masculino na faixa etária dos 38-41 anos foi o que mais cresceu, em 27%, seguido da faixa etária dos 55-59 anos, com um crescimento de 23%, tendo este efectivo decrescido em 4%, nas faixas etárias de 26-31 anos de idade.

No que concerne aos funcionários e agentes do Estado do sexo feminino, o maior crescimento verificou-se na faixa etária com mais de 65 anos, com um crescimento na ordem de 69%, seguido de FAE com 60-65 anos (45%), tendo este efectivo decrescido em 1%, na faixa etária de 26-31 anos de idade e 4% na faixa dos 49-54 anos de idade. Os dados indicam ainda que dos 365 826 funcionários e agentes do Estado existentes em 2015, 172 167 (47%) tinham idades compreendidas entre os 26 a 37 anos, ou seja, a grande maioria dos servidores do Estado eram jovens. Embora tais números, importa destacar que subsistem queixas sobre a falta de oportunidades laborais aos jovens. Ou seja, mesmo que aparelho do Estado seja considerado o maior empregador no país, se feita uma aritmética entre os jovens empregados e a demografia global, a actual realidade está longe de ser satisfatória.

<sup>30</sup> É nossa expressão, usada para designar uma determinada categoria juvenil em função da idade.

Para além da dimensão laboral na função pública, importa destacar que politicamente, tem sido evidente que no caso de Moçambique os jovens estão sub-representados em posições de decisão política e o seu envolvimento em partidos políticos está a diminuir. De forma concreta, no campo de representação política, nomeadamente o acesso às posições de decisão, como são os casos da Assembleia da República, nota-se que os jovens estão em menor representação. Por exemplo, em Moçambique, como resultado das últimas Eleições Gerais, realizadas em 2019, apenas 17 Deputados tinham idade igual ou/abaixo de 35 anos, o que representa 7% do total dos eleitos, como ilustra o gráfico abaixo. Do mesmo número, apenas 5 eram mulheres.



**Gráfico 5:** Representação Parlamentar (Eleições Gerais, 2019 – dados em percentagem, elaborado por Tsanzana, a partir dos dados do Gabinete da Juventude Parlamentar).

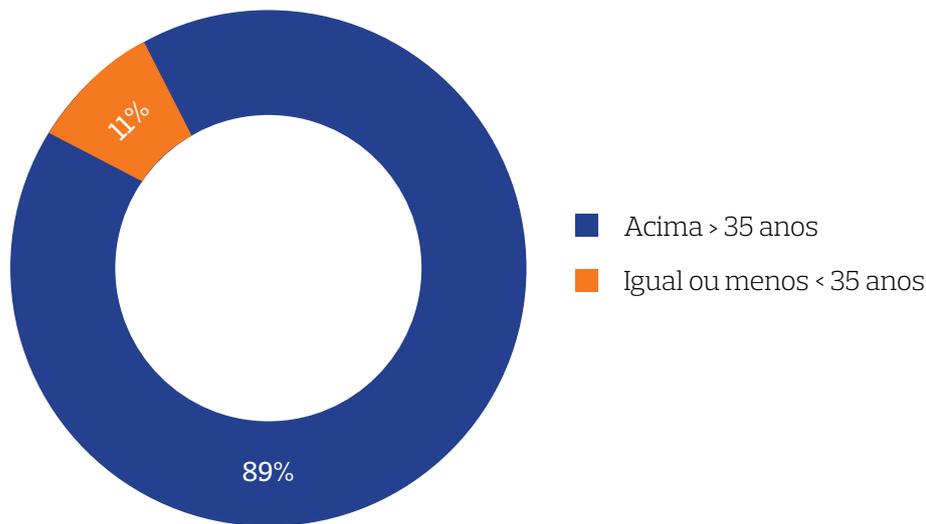
O gráfico acima representa a paisagem pouco animadora da actual representação juvenil em Moçambique, uma realidade que, apesar de se referir às últimas eleições (2019), não é de todo diferente do que, de forma recorrente, sucede no campo político nacional, ao longo dos sucessivos escrutínios, pese embora tais dados permaneçam desconhecidos ao grande público. De facto, nota-se que constituir maioria populacional não se pode ter como um dado adquirido para uma representação política efectiva, uma vez que os espaços de tomada de decisão ou as eleições ainda estão sob o domínio pleno de actores cuja idade não é considerada jovem, mesmo que não se olhe apenas para o critério idade como factor determinante.

Ao nível autárquico, a idade eleitoral para eleger o Presidente e os Membros da Assembleia Autárquica coincide com a idade eleitoral para ser eleito para os mesmos cargos<sup>31</sup>. A Associação Nacional de Municípios de Moçambique (ANAMM, 2020) buscou, aleatoriamente, dados de trinta e cinco (35) membros das diferentes regiões e pertencentes aos órgãos autárquicos, no mandato que iniciou em 2019 e fez uma

<sup>31</sup> Ver o artigo 12 da Lei n.º 7/2018, que altera a Lei n.º 7/2013, de 22 de Fevereiro, republicada pela Lei n.º 10/2014, de 23 de Abril, relativa à eleição dos titulares dos Órgãos das Autarquias Locais.

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

apreciação das suas idades, tendo constatado que apenas quatro (4) tinham menos de 35 anos. Ou seja, estão na faixa etária juvenil, significando que o acesso a estes cargos continua a ser dominado por pessoas de idades muito acima dos 35 anos (ver gráfico 3). Do mesmo número, nenhuma era mulher.



**Gráfico 6:** Membros pertencentes aos órgãos autárquicos (ANAM, 2020 – dados adaptados por Tsandzana, 2022).

Esses dados apontam para uma presença muito reduzida dos jovens, incluindo nos órgãos locais, com destaque para os Presidentes dos órgãos autárquicos, que continuam consignados aos adultos, mesmo que exista um debate permanentemente levantado sobre a existência de quotas direccionadas aos jovens. Com efeito, as quotas não são a única medida e nem, necessariamente, a melhor solução para a sub-representação, mas podem ser consideradas juntamente com outras medidas.

Em Países sem disposições legais que garantam um mínimo de jovens nas listas de candidatos ou lugares reservados aos jovens, os partidos políticos podem optar por introduzir quotas voluntárias para assegurar que um mínimo de jovens candidatos esteja representado nas suas listas, pelo que, até ao momento, não fica claro como os partidos representados nos diferentes órgãos (central, municipal e provincial), Frelimo, Renamo e MDM, aplicam esta opção na eleição dos seus representantes para as diferentes listas.

Nesse contexto, constata-se que a exclusão dos jovens nos espaços de exercício do poder arrisca a comprometer a legitimidade dos sistemas políticos, por estes não considerarem a grande franja populacional da sociedade, prejudicando assim a representatividade dos órgãos eleitos, o que se tem verificado com maior intensidade em Países como Moçambique. O gráfico revela, também, parte do que vários jovens afirmaram sentir, quando questionados sobre o seu espaço na política em Moçambique, como é revelado por MA, da Província de Sofala:

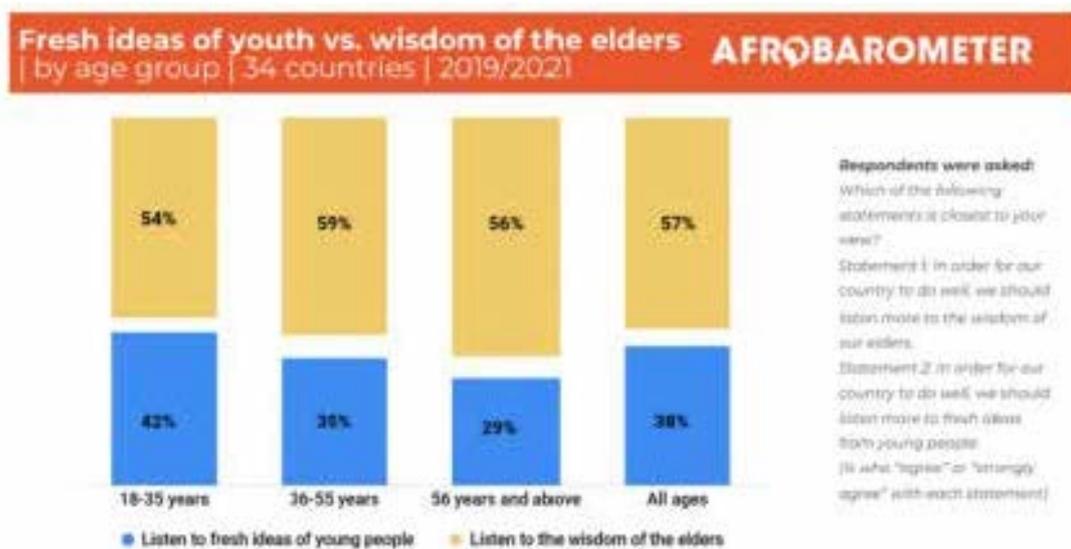
## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

Existe uma grande dificuldade, porque os jovens não fazem parte das políticas em Moçambique. Nós [jovens] tentamos, mas o jovem é afastado da tomada de decisões, enquanto há jovens com ideias claras – a força motriz de um País são os jovens. Normalmente, eles [os governantes] usam os jovens para trabalhos forçados e deixam-nos sem conhecimento, porque com sabedoria, os jovens são uma arma. ...Não há espaço para eu colocar as minhas ideias, e esse é um dos desafios que os jovens estão a lutar. Por exemplo, na Assembleia da República, quem está lá são senhores; nos cargos de Ministros, são senhores. Não há espaço para os jovens. Onde os jovens vão colocar as suas ideias?

MA, 22 anos, Sofala, 8 de Outubro de 2022.

A fala supra vem confirmar o que alguns estudos mostram sobre a tendência baixa em quase todas as áreas de participação política dos jovens, o que revela uma imagem de que os jovens não estão suficientemente empenhados na política. Esta percepção se baseia na política formal, em que se fica com a ideia segundo a qual os jovens participam menos nas eleições e aderem ainda menos aos partidos políticos.<sup>32</sup> Para captar o desinteresse dos jovens na política, pode dizer-se que "os jovens estão menos preocupados com a política, são menos conhecedores políticos, não participam em actividades sociais ou políticas, são mais apáticos, e têm baixos níveis de interesse político".<sup>33</sup>

Contudo, mesmo que esta representação pareça clara, a falta de engajamento dos jovens adultos na política continua a ser uma questão controversa na literatura. Em 2022, o Afrobarómetro mostrou haver uma tendência de se confiar nos mais velhos enquanto actores centrais para a política.



**Gráfico 7:** Confiança dos jovens e ideais dos mais velhos (Afrobarómetro, 2022).

<sup>32</sup> Cross, W. et al., Factors influencing the decision of the young politically engaged to join a political party, *Party Politics*, Vol. 14, pp. 345–369. 2008.

<sup>33</sup> Quintelier, E., Differences in political participation between young and old people, *Contemporary Politics*, Vol. 13, No. 2, pp. 165–180, 2007.

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

Os dados acima ilustram que apesar da denúncia dos jovens pela política formal, estes tendem a reconhecer a importância exercida pelos mais velhos no panorama política dos seus Países. Tal realidade pode ter como justificativa o facto segundo o qual quem está nos lugares de tomada de decisão, tem o poder suficiente para oferecer oportunidades aos jovens. Ou seja, desconfia-se que a confiança manifesta no gráfico 3 é instrumental e os jovens usam-na como forma de se aproximar dos mais velhos – com poder – para conquistar oportunidades de ordem social (inserção) e económica (laboral). Outra hipótese explicativa se deve ao facto de, ao longo dos anos, ter-se colocado o mais velho como actor-chave que devesse merecer o respeito dos mais novos, o que denota a forma como se construíram diferentes nações em África, e não só.

Para que os sistemas políticos sejam representativos, todas as partes da sociedade devem ser incluídas. Assim, se os jovens são marginalizados ou afastados dos processos políticos, uma parte significativa da população tem pouca ou nenhuma voz ou influência nas decisões que afectam a sua vida, pelo que uma consequência chave é o enfraquecimento da representatividade dos sistemas políticos ou, ainda, a emergência de uma percepção segundo a qual só os mais velhos podem ter espaço de decisão, como revela DK, de Moatize, Província de Tete:

O maior desafio tem a ver com a inserção da camada juvenil nessas questões políticas, porque se começarmos com os jovens, seguramente, vamos estar bem encaminhados para conhecer o nosso destino; mesmo que a gente não esteja lá [Executivo] a dirigir, se estivermos inseridos nessa vida política, já é um passo importante. Mesmo esses partidos políticos, que estão a surgir agora, devem incluir os jovens.

Eu acho que o espaço para os jovens participarem, pode até existir, mas a questão é como chegar a esses espaços? Apesar de termos um Parlamento em que, poucas vezes, os jovens são ouvidos ou têm oportunidades – poucas vezes, eles expõem os seus desafios. É preciso que os mais velhos, que estão lá [Parlamento], abram espaços para os jovens participarem, mesmo ao nível das Províncias e distritos, seja a partir do Chefe da Localidade, do Chefe do Posto ou do Administrador, até ao mais alto nível.

DK, 31 anos, Moatize/Tete, 14 de Outubro de 2022.

A fala de DK revela que para fazer a diferença a longo prazo, é essencial que os jovens estejam envolvidos em processos políticos formais e informais, para que tenham uma palavra a dizer na formulação das decisões. A participação política inclusiva não é apenas um direito político e democrático fundamental, mas também é crucial para a construção de sociedades estáveis e pacíficas e o desenvolvimento de políticas que respondam às necessidades específicas das gerações mais jovens. Para que os jovens estejam adequadamente representados nas instituições, processos e decisões políticas e, em particular, nas eleições, devem conhecer os seus direitos e ter o conhecimento e a capacidade necessários para participar de uma forma significativa a todos os níveis.

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

Quando existem obstáculos à participação em processos políticos formais e institucionalizados, os jovens podem, rapidamente, sentir-se destituídos de poder. Muitos tendem a acreditar que as suas vozes não serão ouvidas ou levadas a sério, mesmo que ouvidas. O problema torna-se circular, pois os políticos podem perder o interesse em responder às aspirações dos jovens, se eles não conseguirem ganhar os seus votos. Isto, por sua vez, leva a que os jovens sejam cada vez mais excluídos da participação na tomada de decisões ou em debates sobre questões sócio-económicas e políticas-chave. Tal foi notório nalgumas entrevistas, conforme visto abaixo:

O nosso maior desafio é a falta de oportunidade de estar lá [no Parlamento] – de viver a vida política em Moçambique. Eles [os governantes] prometem que depois da campanha os jovens serão enquadrados, mas o desafio é mesmo este, o da falta de inclusão. Se os jovens vivessem a vida política com os nossos mais velhos, teríamos aprendido alguma coisa, porque os mais velhos irão embora e os jovens permanecerão aqui.

Temos desafios de os jovens não estarem lá [no Parlamento] a aprender alguma coisa. Futuramente, teremos sérios problemas. Pode até haver espaço para nós colocarmos esses desafios, mas o que têm esse espaço, têm medo de falar a verdade ou reivindicar.

PB, 26 anos, Moatize/Tete, 14 de Outubro de 2022.

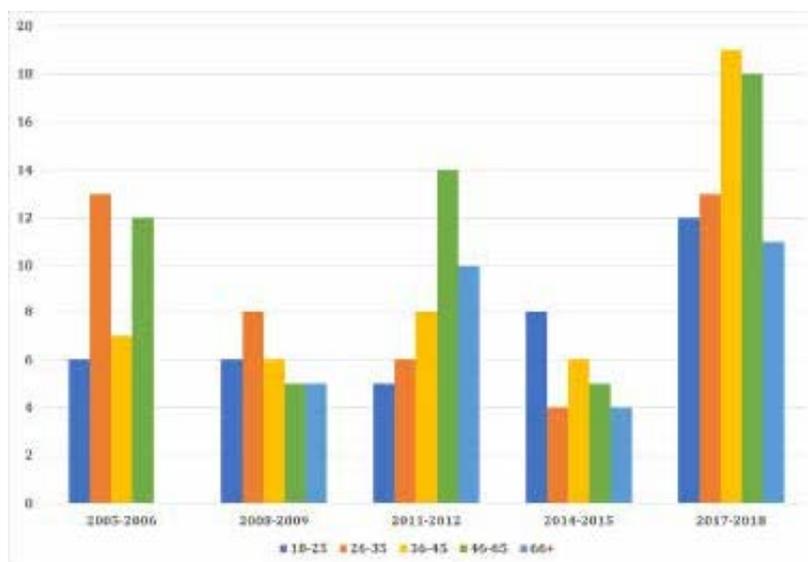
Eu penso que a governação não tem sido abrangente, sobretudo, quando olho para os desafios dos jovens – enquadramento dos jovens nos espaços de diálogo. Os jovens anseiam ter mais representatividade no Parlamento. Se fizermos uma radiografia dos cargos, maior parte são pessoas adultas, não fazem parte da faixa etária juvenil.

Eles [os governantes] dizem que os jovens não possuem experiência, e não vemos os jovens a ocuparem posições de governação. O Governo devia apostar e acreditar mais na juventude. Temos, hoje, muitos jovens frustrados, na criminalidade e em drogas, porque não têm oportunidades; essa é uma das causas de os jovens estarem em grupos de insurgência.

EN, 27 anos, Beira/Sofala, 8 de Outubro de 2022.

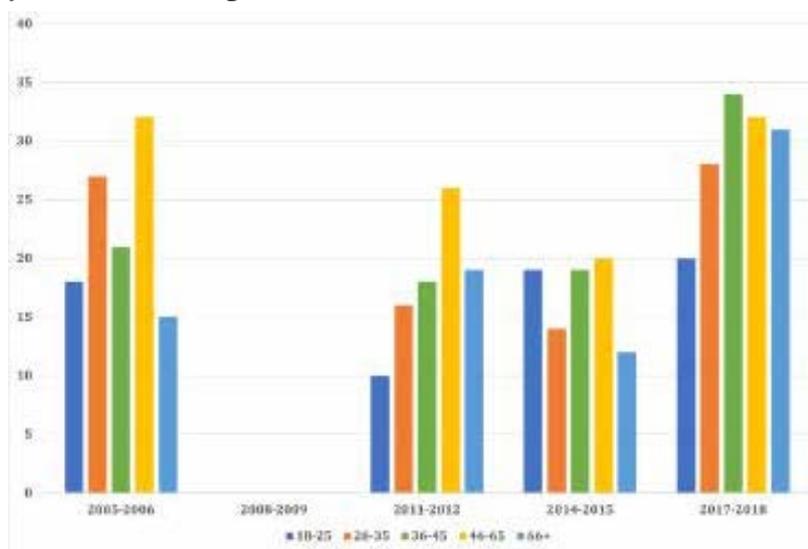
As falas acima revelam nada mais que um sentimento de distância que os sistemas de representação formal como Parlamentos criaram no seio dos jovens, razão pela qual estes jovens demonstram sentir-se em desarticulação com as entidades que deviam assegurar a sua participação ou representatividade política. Não se vislumbra um cenário no qual os jovens demonstrem estar em comunhão com quem foi eleito, concretamente, os Deputados. Tal é ainda consubstanciado quando, por meio dos dados do Afrobarómetro, é constatada a distância criada entre os jovens e os eleitos para a Assembleia da República (gráfico 8).

Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado  
e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**



**Gráfico 8:** Confiança nos Deputados em função da idade, segundo Afrobarómetro, nas vagas do inquérito decorrido entre 2005-2018 (compilado por Tsandzana, 2022)<sup>34</sup>

Como questão, quis saber-se se os entrevistados tinham ou não confiança nos Deputados, pelo que os resultados indicam uma quase ausência de tal confiança. Importa destacar que a mesma realidade é, igualmente, verificada, quando se toma os partidos políticos como actores que devam também merecer confiança dos moçambicanos (vide gráfico 9).



**Gráfico 9:** Confiança nos partidos políticos em função da idade, segundo Afrobarómetro, nas vagas do inquérito decorrido entre 2005-2018 (compilado por Tsandzana, 2022)<sup>35</sup>.

<sup>34</sup> Dados retirados da Tese de Doutoramento, Tsandzana, D., "Le rapport des jeunes à la politique au Mozambique : espaces et pratiques d'une participation politique en régime hybride", Sciences Po Bordeaux, 2022.

<sup>35</sup> D. Tsandzana, *Op cit.*

Os gráficos 8 e 9 revelam o que algumas vozes indicaram anteriormente, quando se coloca a hipótese segundo a qual há um fosso entre os governantes e governados, tendo como principal sinal o distanciamento ou quase apatia de qualquer forma de participação política que tenha nos partidos políticos e nos Deputados o ponto de partida. Geralmente, essa realidade é confundida com o que a literatura prefere designar 'apatia juvenil'<sup>36</sup>, embora se demostre que seja mais do que isso – é uma crise anunciada de modo formal e habitual de fazer política.<sup>37</sup> No caso de Moçambique, os jovens entrevistados referiram que diante de tal situação, as lideranças locais passam a ser uma opção:

Um dos espaços que podia existir são as lideranças locais – são os melhores locais para nos expressar como jovens, pois quando eu preciso falar com os políticos, é difícil. Não podemos desprezar as lideranças locais.

AM, Pemba, 25 anos, 26 de Outubro de 2022.

## DIREITOS HUMANOS E JUVENTUDE: DIMENSÃO INTERNACIONAL

Parte do que se julga participação política neste estudo deve considerar uma ligação directa com o campo dos direitos humanos, pelo que, de forma particular, tais direitos se referem ao pleno gozo dos direitos e liberdades fundamentais pelos jovens. Assim, promover estes direitos implica enfrentar os desafios específicos e as barreiras que dela ocorrem. Nos termos da Resolução 35/14 do Conselho dos Direitos Humanos, o Gabinete do Alto-Comissário para os Direitos Humanos publicou, em 2017, um relatório sobre a juventude e os direitos humanos (A/HRC/39/33) – que documentou a discriminação e alguns desafios para os jovens no acesso aos direitos civis, políticos, sociais, económicos e culturais.<sup>38</sup>

Antes disso, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, adoptada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, em 10 de Dezembro 1948, estipulou que todas as pessoas, em qualquer parte do mundo, têm o direito de se exprimir, de se organizar e de tomar medidas. Tais direitos – as liberdades de associação, reunião e expressão – dão-nos a liberdade de formar e aderir a grupos, protestar pacificamente e defender as coisas que queremos – e contrariar as coisas que não queremos.

Recentemente, em Junho de 2022, o Conselho solicitou ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos a realização de um estudo<sup>39</sup> detalhado sobre as formas de mitigar o impacto da pandemia global nos direitos humanos dos jovens para apresentação no Conselho das Nações Unidas. Tal estudo salientou as barreiras sistémicas aos direitos humanos dos jovens, particularmente a educação, o emprego e a segurança social, saúde e participação, face à pandemia da COVID-19. Como resultado,

<sup>36</sup> Cammaerts, B. et al., *The Myth of Youth Apathy: Young Europeans' Critical Attitudes Toward Democratic Life*, *American Behavioral Scientist*, Vol. 58, No. 5, pp. 645–664, 2014.

<sup>37</sup> Gaxie, D. et al., *Que faire des partis politiques ?* Paris, Éditions du Croquant, 2018.

<sup>38</sup> Nações Unidas, *About the human rights of youth*, 2017 [<https://www.ohchr.org/en/youth/about-human-rights-youth>], Acesso em 5 de Dezembro de 2022.

<sup>39</sup> Nações Unidas, *A/HRC/51/19: Human rights implications of the COVID-19 pandemic on young people*, 2022 [<https://www.ohchr.org/en/documents/thematic-reports/ahrc5119-human-rights-implications-covid-19-pandemic-young-people>], Acesso em 5 de Dezembro de 2022.

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

recomendou que os Estados adoptassem uma abordagem da recuperação da COVID-19 centrada na juventude e baseada nos direitos humanos, bem como a implementação de programas, em parceria com a juventude, e os Estados e as entidades das Nações Unidas integrem os direitos da juventude para que os jovens desfrutem plenamente os seus direitos.

No caso de Moçambique, não se tem memória de iniciativas específicas que tenham lidado com a questão da violação dos direitos humanos por parte das autoridades. Excepção é dada para a emergência de iniciativas de denúncia e protecção de direitos humanos que foram implementadas por organizações da sociedade civil, tais como o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD).<sup>40</sup>

### **LONGA MARCHA PELOS DIREITOS HUMANOS DOS JOVENS EM MOÇAMBIQUE**

No caso de Moçambique, há uma tendência que restringe as liberdades dos cidadãos ou tornam o trabalho de grupos da sociedade civil mais difícil e perigoso. Tal acontece, por exemplo, devido a uma maior vigilância sobre cidadãos, sobretudo activistas e Organizações da Sociedade Civil, bem como a ocorrência de ataques e detenções direccionados. Exemplos abundantes são os constantes impedimentos promovidos pela política para a realização de manifestações promovidas por jovens.<sup>41</sup> Se consideramos que a maioria populacional são jovens, estes são os mais afectados pelo fechamento do espaço cívico em Moçambique.<sup>42</sup>

Enquanto os jovens podem ser influenciados por pessoas e contextos que lhes rodeiam, é fundamental que tais jovens também sejam considerados actores dos seus destinos, dado que, no geral, eles enfrentam o que podemos designar “síndrome de adultismo”<sup>43</sup> – dos seus professores, pais, treinadores e até dos seus pares. De facto, todos os dias, os jovens são recordados desta suposta subserviência ou inferioridade em relação aos adultos.<sup>44</sup>

Num contexto de violência e permanente instabilidade, tal piora porque coloca os jovens sob pressão permanente dos políticos, sobretudo se atentarmos ao que sucedeu na região central, com o retorno do que alguma literatura designou Segunda Guerra Civil e ao que se passa, presentemente, no Norte de Moçambique – particularmente em Cabo Delgado. De forma concreta, é observado que muitas jovens raparigas perderam direito à educação, por terem sido obrigadas a sair das zonas de conflito para zonas mais seguras. E quando chegam nesses pontos, as mesmas são vítimas de violência e abusos sexuais por parte de quem devia zelar pela sua protecção, sobretudo no acto de recepção da ajuda alimentar ou insumos para produção agrícola.<sup>45</sup>

<sup>40</sup> VOA em Português, Aumenta a violação de direitos humanos em Moçambique, diz o CDD, 2020 [<https://www.voaportugues.com/a/aumenta-a-violacao-de-direitos-humanos-em-mocambique-diz-o-cdd/5586062.html>], acessado em 15 de Dezembro 2022.

<sup>41</sup> O episódio recente data de Julho de 2022, quando jovens se manifestaram defronte ao Ministério do Emprego, Trabalho e Segurança Social para exigir oportunidades de emprego.

<sup>42</sup> Pereira, C. et al., Navigating Civic Spaces in Mozambique. Baseline Report. Maputo. Institute for Social and Economic Studies. 2020.

<sup>43</sup> Adebayo, A., 'Gerontocracy in African politics: youth and the quest for political participation', Journal of African Elections, Vol. 17, No.1, pp. 140-161, 2018.

<sup>44</sup> Tsandzana, D., The political participation of youth in Mozambique's 2019 General Elections, Journal of African Elections, Vol. 21, No. 1, pp. 95-119, 2022.

<sup>45</sup> Human Rights Watch, Aid-for-Sex Alleged in Northern Mozambique, 2021 [<https://www.hrw.org/news/2021/09/07/aid-sex-alleged-northern-mozambique>], acessado em 15 de Dezembro de 2022.

Igualmente, há denúncia de abusos perpetrados pelas Força de Defesa e Segurança (FDS) contra jovens. Em Cabo Delgado, por exemplo, os jornalistas desaparecidos são marcadamente jovens, os mesmos que sofrem torturas quando estão a exercer seu trabalho.<sup>46</sup> Acusados inúmeras vezes como membros que engrossam as fileiras dos terroristas, pode-se afirmar que os direitos humanos juvenis se encontram cada vez mais em situação de fechamento generalizado, caracterizado pela predominância de um clima em que reina o medo e a desconfiança dos governantes para com os jovens, e destes [jovens] em relação aos governantes.

Ou seja, se, por um lado, tais jovens são reputados como parte fundamental da solução na qualidade de combatentes, por outro, são estes jovens que, reiteradamente, são denunciados com parte do problema da instabilidade militar no Norte de Cabo Delgado, na qualidade de recrutados para as fileiras dos terroristas.<sup>47</sup> Este cenário retira confiança nos jovens, na medida e que estes continuam a ser 'eternos desconfiados' dos governantes e por consequência ficam distantes de um dia poder assumir outros patamares de liderança política.<sup>48</sup>

#### **JUVENTUDE E PROCESSOS ELEITORAIS: UMA RELAÇÃO TREMIDA?**

O contexto, em vários Países, tende a mostrar ser verdade que a afluência às urnas está a ser significativamente menor entre os jovens do que entre a população mais velha, mas interpretar isto como prova de apatia ignora os obstáculos estruturais e organizacionais à participação eleitoral que muitos jovens enfrentam. Também negligencia a responsabilidade pela desconfiança que muitos jovens sentem em relação às instituições tradicionais de governação. Em outras palavras, um sentimento de desconexão de um processo que não é visto como instrumento eficaz para um envolvimento político significativo, não é a apatia.

Um dos elementos que instiga a realidade supra é a violência que deve ser relacionada com as eleições como uma das causas que impede o envolvimento significativo dos jovens nos processos eleitorais<sup>49</sup>, mesmo que haja consenso segundo o qual as eleições são um dos principais pilares da democracia. Contudo, as eleições podem desencadear violência, quando os direitos humanos fundamentais, tais como os direitos de associação e expressão, são violados e certos segmentos da sociedade são incapazes de se envolverem com os processos políticos.

Em Países emergentes de conflitos internos, tais como a Guerra Civil, têm um potencial especialmente elevado para conflitos durante os processos eleitorais. Em Moçambique, os jovens são frequentemente envolvidos como perpetradores ou vítimas da violência. Isto porque são utilizados como perpetradores de desmandos por políticos que querem perturbar o processo eleitoral. Assim, enquanto os jovens forem vulneráveis à exploração política e militar, serão impedidos de participar plenamente nos processos eleitorais. Os exemplos, no caso de Moçambique, indicam Chókwe (Província de Gaza), Quelimane (Província da Zambézia), ou Dondo e Beira (Província de Sofala), como centros de tensão eleitoral que colo-

<sup>46</sup> MISA Moçambique, Relatório sobre o desaparecimento do jornalista Ibraimo Abu Mbaruco em Palma (Cabo Delgado), 2022 [<https://www.misa.org.mz/index.php/destaques/noticias/77-relatorio-sobre-o-desaparecimento-do-jornalista-ibramo-abu-mbaruco-em-palma-cabo-delgado>], acessado em 15 de Dezembro de 2022.

<sup>47</sup> DW África, 2021, Nyusi destaca 'bravura' e 'determinação' dos jovens em Cabo Delgado.

<sup>48</sup> Para recordar o discurso de Hama Thay, segundo o qual "os jovens podem vender o País" (Jornal Magazine Independente, 2008).

<sup>49</sup> Sommers, M., *The outcast majority: War, development, and youth in Africa*, Athens, GA, University of Georgia Press, 2015.

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

cam os jovens como seus actores centrais, mas também como vítimas da mesma violência, tal como se assistiu no caso da prisão de jovens observadores do partido Nova Democracia, em 2019.

A explanação acima leva ao pensamento segundo o qual os jovens podem ser poderosos desafiantes do *status quo*, uma dimensão sustentada na necessidade de mudança que eles carregam. Há, no entanto, jovens homens, e cada vez mais jovens mulheres, envolvidos em violência, o que deu origem a uma imagem da juventude como uma ameaça à segurança e estabilidade globais. Porém, a maioria dos jovens, e de ambos sexos, enfrentam desafios ao *status quo* e fazem-no via protesto pacífico, crítica social, expressão cultural, mobilização e organização virtual de acções cívicas, mesmo que tal ainda se mostre desafiador para um contexto como Moçambique. Um dos exemplos de destaque foi o movimento solidário designado “*Cabo Delgado Também é Moçambique*”, que, por via das ferramentas digitais, mobilizou jovens em prol de uma causa concreta, a de apoiar as vítimas do terrorismo em Cabo Delgado.

Exemplos de relações interdependentes, a longo prazo, entre partidos políticos e grupos armados, podem ser encontrados em quase todas as regiões de África. Os partidos políticos dão, frequentemente, dinheiro, álcool, drogas ou armas a *gangs*, em troca de participarem ou causarem motins políticos, perturbando o processo eleitoral e/ou por meio de compra de seus votos. Por exemplo, no dia 5 de Março de 2022, o Centro para Democracia e Desenvolvimento (CDD) organizou, na cidade de Chókwè, província de Gaza, um encontro de avaliação das eleições de 15 de Outubro de 2019. Na ocasião, foi referido que, localmente, há partidos que usam álcool para instrumentalizar as crianças durante a campanha eleitoral.<sup>50</sup> Revelação é feita por um dos entrevistados tal como relatado abaixo:

O outro desafio é que os jovens são instrumentalizados, quando chega o momento de campanha eleitoral. Eles são embriagados para mover massas, mas quando se alcança o poder, somos descartados. Não fazemos parte, ou é só uma minoria que está nos lugares de tomada de decisão.

Para mim, esses são os maiores desafios dos jovens em Moçambique.

Os espaços que existem para colocar as minhas dificuldades aos governantes, não são eficazes. Se os Deputados, que são representantes do povo, reunissem com os jovens com frequência, seria ideal. Se houvesse proximidade e debate com o sistema político, seria uma solução...porque maior parte dos jovens não são abrangidos.

SU, 27 anos, Beira/Sofala, 9 de Outubro de 2022.

A tabela abaixo apresenta os actores e factores que promovem bloqueios para que os jovens exerçam, plenamente, a sua participação na esfera política nacional, com destaque para a identificação nominal de tais actores e a exemplificação de ferramentas usadas para impedir que eles participem efectivamente. Além destes elementos, apresentam-se as oportunidades que se abrem para que os jovens sejam verdadeiros actores de mudança política em Moçambique.

<sup>50</sup> CDD, Sociedade civil denuncia instrumentalização de jovens pelo partido Frelimo para prática de violência eleitoral, 2020 [<https://cddmoz.org/sociedade-civil-denuncia-instrumentalizacao-de-jovens-pelo-partido-frelimo-para-pratica-de-violencia-eleitoral/>], acessado em 15 de Dezembro de 2022.

### Actores, bloqueios, oportunidades

Actores	Bloqueios	Oportunidades
Partido no Poder (Frelimo)	O partido Frelimo é considerado o principal actor que bloqueia os espaços de participação juvenil, visto ser o que domina a arena política, seja por via das instituições públicas do Estado ou das suas organizações sociais, sobretudo a OJM, tida como central na definição do perfil de jovens que podem obter oportunidades localmente.	A OJM é vista como actor central para a dinamização das oportunidades de participação dos jovens, seja ao nível local e/ou nacional, razão pela qual ignorar a sua existência pode revelar-se um erro de cálculo estratégico.
Partidos da Oposição	Além da sua relativa baixa representativa nos órgãos de tomada de decisão, os partidos da oposição são vistos como uma continuidade de práticas do partido no poder <sup>51</sup> , na medida em que estes, também, não se mostram receptivos ao acolhimento de ideais juvenis em Municípios de sua governação, como os casos da Beira e Quelimane, ambos alvos deste estudo.	As Ligas Juvenis dos partidos Renamo e MDM são vistas como potenciais espaços de engajamento dos jovens, embora a permanente repulsa dos jovens em serem conotados com os partidos da oposição.
Conselho Nacional da Juventude	Considerada a principal organização juvenil em Moçambique, o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) é, geralmente, descrito como partidário, cuja proximidade se assemelha ao partido no poder (Frelimo). Os seus sucessivos dirigentes, até ao presente, possuem ligação directa com aquele partido, via Organização da Juventude Moçambicana (OJM).	Se interpelado com insistência, o CNJ pode retomar como 'vi-veiro juvenil' que foi em tempos. Desta forma, os jovens organizados de forma independente podem concorrer para os pleitos eleitorais dentro da organização, denunciando quaisquer actos de partidarização daquele órgão.
Legislação Eleitoral (ao nível local)	O artigo 18 da Lei n.º 14/2018, de 18 de Dezembro, estipula que "a legitimidade de apresentação das candidaturas aos órgãos autárquicos cabe aos partidos políticos, coligação de partidos ou grupos de cidadãos eleitores proponentes, legalmente constituídos, através de listas plurinominais". Analisada desta forma, podemos afirmar que a lei inibe, de certa forma, que cidadãos membros de organizações sociais ou sem uma dimensão formal concorram. Na sua maioria, nota-se serem os jovens que se encontram em tal posição. Estamos, assim, diante de um bloqueio de natureza legislativa ou um indicador do 'adultismo', nesta forma de fazer política.	A abertura de uma janela eleitoral é sempre vista como uma oportunidade de advocacia para a alteração de uma lei ou o seu incremento. Assim, há uma oportunidade para que os jovens se juntem, de forma organizada, para que, por intermédio de outras organizações da sociedade civil que trabalham em matéria eleitoral, sugiram abertura para a propositura de candidaturas sem condão político e meramente formal.

<sup>51</sup> Tsandzana, D., The political participation of youth in Mozambique's 2019 General Elections, Journal of African Elections, Vol. 21, No. 1, pp. 95-119, 2022

Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado  
e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

Actores	Bloqueios	Oportunidades
Deputados (Assembleia da República)	São a instância de representação mais alta do sistema político moçambicano, porém, considerados distantes do quotidiano dos cidadãos, em particular dos jovens. Os Deputados foram vistos, neste estudo, como actores cuja ligação com os jovens é praticamente nula, aumentando os níveis de falta de confiança perante a camada juvenil, segundo os gráficos 7 e 8.	A criação de espaços de diálogo e de auscultação junto dos jovens é vista como uma oportunidade, sobretudo pelos círculos eleitorais de proveniência dos Deputados.
Órgãos Locais (Municípios e Distritos)	Considerados o primeiro espaço de engajamento político, os Municípios e Distritos tendem a estar menos responsivos aos anseios dos jovens, fechando as oportunidades de auscultação ou recepção de iniciativas e projectos que provêm dos jovens.	A adopção de linhas de contacto e diminuição da burocracia são vistas como mecanismos que podem aproximar os jovens das estruturas locais.
Organizações da Sociedade Civil	São vistas como locais de excelência e promoção dos primeiros passos de participação juvenil ao nível local, sobretudo, porque se diferem dos partidos políticos. Contudo, poucos jovens aderem às Associações sob pretexto de falta de informação ou limitada mudança de liderança nessas organizações.	A partilha dos benefícios dos jovens nas Organizações da Sociedade Civil é vista como uma alternativa à sua fraca adesão. Igualmente, é fundamental a contínua capacitação dos jovens por meios das OSCs.
Grupos Cívicos (informais)	A pouca ou quase inexistente divulgação de iniciativas locais realizadas pelos jovens tem estado a dificultar as acções feitas ao nível dos Distritos. Igualmente, o permanente impedimento e bloqueio das autoridades locais, para que os jovens se mobilizem, ou a excessiva burocracia, para a realização de actos formais, dificulta a participação dos jovens ao nível local.	Os espaços informais (reunião do bairro, locais de diversão, prática do desporto, teatro e música, exposições nas escolas ou igrejas) são vistos como uma oportunidade que pode engajar os jovens ao nível local, com maior incidência nos Distritos.

**Tabela 6.** Actores, bloqueios e oportunidades para juventude (Tsandzana, 2022)

## CAMINHOS JUVENIS PARA UMA PARTICIPAÇÃO LOCAL

É uma governação não inclusiva, que não dá vantagens aos jovens – conhecemos quem Governa, mas não sabemos o que está a fazer. Eu vivo em Pemba, mas não sinto o que está a ser feito. Não há comunicação – não há difusão de informação; conheço muitos jovens com ideais que podiam mudar a cidade, mas não temos local onde depositar as nossas ideais.

Os jovens não estão inclusos na governação do Município, mas também não temos oportunidades. Não importa se é homem ou mulher, mas todos somos afectados por dificuldades de acesso ao governo Municipal.

CF, 23 anos, Pemba, 2 de Novembro de 2022.

A citação acima revela o estágio de participação político-juvenil no espaço municipal, denunciada como excludente, porque há impressão de distância entre o Governo local e os cidadãos no geral, particularmente os jovens. A legislação municipal prevê os mecanismos formais de participação política dos cidadãos ao nível autárquico, que, por um lado, manifesta-se por meio da apresentação de sugestões, queixas, reclamações ou petições à Assembleia Municipal e, por outro, pela participação dos cidadãos nos processos de eleição dos órgãos municipais.

A Lei n.º 6/2018, de 12 de Junho, sugere que os cidadãos podem apresentar as suas petições e queixas, verbalmente ou por escrito, ao Secretário da Assembleia, individualmente ou via corpos directivos de organizações sociais ou por outros mecanismos organizativos por estes designados. Este instrumento abre, ainda, espaço para que um representante do peticionário e dos cidadãos moradores na autarquia participem nos debates que, eventualmente, sejam realizados sobre o problema apresentado pelos cidadãos, mediante a deliberação da respectiva Assembleia. Contudo, essa realidade parece estar longe de ser prática ao nível local, como ilustra a fala abaixo:

Somos marginalizados, mesmo nos Conselhos Consultivos – sabemos que deve existir mulheres, homens e jovens (20%), mas eles não nos envolvem. Discutem, em escritórios, questões dos jovens, mas sem nenhum jovem. Os espaços criados não são para nós, onde os jovens podem participar; não falam nada...participar é dar ideias e influenciar mudanças, mas temos jovens que não são chamados, porque têm ideias diferentes.

Mesmo para a implantação das multinacionais, os jovens não são chamados. O jovem, também, não tem conhecimento sobre esses espaços, mas eles [jovens] gostariam de participar; mesmo os benefícios desses recursos, os jovens desconhecem – deve-se incrementar e avaliar as estratégias relacionadas com os jovens.

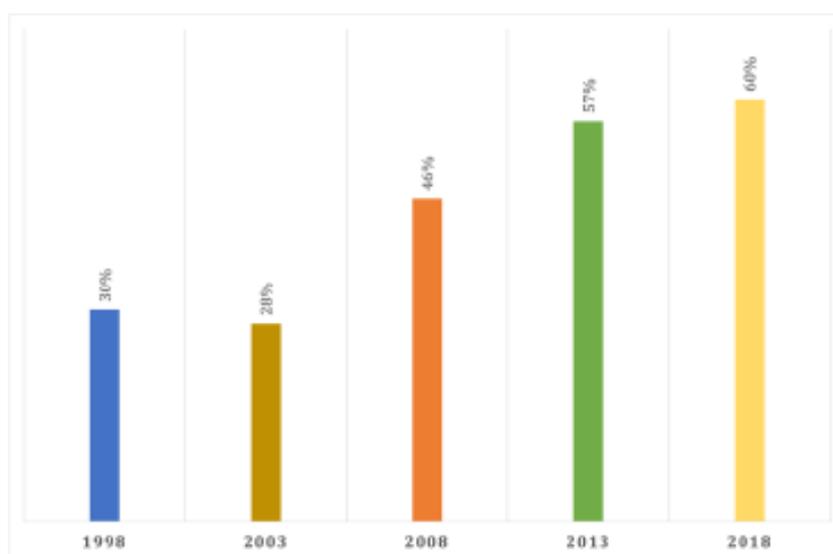
FM, Tete, 28 anos, 26 de Outubro de 2022.

Sob o ponto de vista informal, a Internet e as redes sociais afiguram-se como novos e alternativos espaços de participação política dos jovens, pois constituem fóruns de partilha de informação, discussão

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

de notícias de relevância social e participação, em certas acções colectivas.<sup>52</sup> A participação política dos cidadãos, nesta perspectiva, estende-se à sua participação em fóruns abertos de diálogo promovidos pelas Organizações da Sociedade Civil, em Presidências Abertas e, ainda, em fóruns de monitoria e orçamentos participativos.

Desde a institucionalização dos Municípios, realizaram-se cinco (5) Eleições Locais (em 1998, 2003, 2008, 2013 e 2018, respectivamente), pelo que uma análise baseada na sociologia eleitoral sugere que, embora as eleições locais ocorram num contexto de privação urbana, os níveis de participação eleitoral crescem significativamente, como ilustra o gráfico abaixo. Contudo, a ausência de dados desagregados por idade, na referida participação eleitoral, impossibilita uma percepção alargada do engajamento juvenil em momentos eleitorais ao nível local.



**Gráfico 9:** Nível de participação eleitoral ao nível Municipal (1998-2018, elaborado por Tsandzana, a partir dos dados do CNE).

Num estudo-de-base sobre a participação política dos jovens na esfera local<sup>53</sup>, conclui-se que a participação dos jovens se orienta numa variedade de interesses e áreas temáticas que visam, essencialmente, promover o seu bem-estar. Os dados presentes nesse estudo mostram que tanto os aspectos sócio-económicos quanto políticos permeiam a acção política dos jovens, no entanto, a economia e o emprego (60%), a saúde (55%), a inclusão política e o respeito pelos direitos humanos (54%) e aspectos relacionados à urbanização (54%), segurança (51%) e transporte (50%), sobressaem como as principais preocupações dos jovens, ao nível de governação municipal.

<sup>52</sup> Tsandzana, D., Juventude urbana e redes sociais em Moçambique: a participação política dos 'conectados desamparados', Comunicação e sociedade, Vol. 34, No. 1, pp. 235-250, 2018.

<sup>53</sup> Centro de Estudos Urbanos, O acesso aos serviços públicos e desafios da juventude urbana em Moçambique, Maputo, Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2022.

De forma detalhada, o acesso ao transporte e à saúde são considerados por 38% e 32% dos inquiridos, respectivamente, como os serviços públicos cujo acesso é mais deficitário, ao nível dos Municípios. O estudo mostrou, igualmente, que as questões de saneamento do meio ambiente, segurança, urbanização e educação preocupam os jovens ao nível local, sendo, por isso, considerados por uma média de 24% dos inquiridos como de difícil acesso. No referido estudo, a intenção foi, além de buscar os desafios no quesito serviços, trazer as barreiras enfrentadas pelos jovens para, plenamente, exercerem a sua participação localmente, sobretudo na sua relação com os governos locais. Tal enriquece, sem dúvidas, a argumentação que é feita no presente estudo.

### **PARTICIPAÇÃO JUVENIL EM ESPAÇOS FORMAIS E INFORMAIS: EXEMPLOS E PRÁTICAS LOCAIS**

Ao nível local, os mecanismos de participação, em Moçambique, estão organizados em Conselhos Locais, Fóruns Locais, Comitês Comunitários e Fundos Comunitários – são espaços que, se usados devidamente, podem facilitar a participação dos jovens.<sup>54</sup> Estruturalmente, o Conselho Local (CL) é um órgão de consulta das autoridades da administração local, na busca de soluções para questões que afectam a vida das populações, o seu bem-estar e o desenvolvimento sustentável, integrado e harmonioso. Por sua vez, os Fóruns Locais (FLs) são instituições da sociedade civil, que têm como objectivo organizar os representantes das comunidades e dos grupos de interesses locais para lhes permitir que definam as suas prioridades.

Ademais, os Comitês Comunitários (CCs) são formas de organização das populações para permitir que as comunidades se mobilizem na identificação e procura de soluções dos seus problemas, podendo encaminhar outras preocupações às estruturas pertinentes do sector público. Estes Comitês podem ser constituídos para realizar a gestão da terra, água e outros recursos naturais, das escolas, dos postos saúde e outras instituições de natureza não lucrativa de âmbito local. Está regulamentado que todos os Comitês existentes devem indicar um representante para participar nas sessões dos Conselhos Consultivos Locais.

Por seu turno, os Fundos Comunitários (FCs) são iniciativas que as comunidades podem estabelecer para criar fundos de desenvolvimento, visando atender ou responder a interesses próprios das comunidades. Estes fundos podem ser financiados por entidades nacionais e estrangeiras ou resultarem das contribuições dos membros da comunidade. Assim, o uso do 'Manual de 7 Guiões', elaborado pelo CESC, em 2021<sup>55</sup>, para facilitar a criação e o funcionamento do Fundo Comunitário, é vista, localmente, como uma alternativa importante para os jovens. O guião foi concebido para ser utilizado pelos facilitadores do Fundo Comunitário do CESC, da comunidade, de Organizações Comunitárias de Base, Organizações Não-Governamentais, homens e mulheres interessados em organizar e facilitar processos, como é o caso de profissionais de instituições governamentais, uniões agrícolas, associações e cooperativas, instituições privadas de formação, entre outras.

Contudo, o debate que se coloca é saber se os jovens reconhecem ou não a existência destas ferramen-

<sup>54</sup> MAP Consultoria, Guião de participação da Sociedade Civil e cidadãos no funcionamento dos Conselhos Consultivos Locais, Maputo, 2014.

<sup>55</sup> CESC, Manual de Funcionamento do Fundo Comunitário, Maputo, 2021.

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

tas; caso seja afirmativo, até que ponto eles usufruem delas praticamente no seu quotidiano. Ao longo das entrevistas, procurou-se saber se os jovens conseguiam identificar cada uma das ferramentas anteriormente mencionadas; alguns dos inquiridos revelaram não só desconhecer, como denunciaram um uso tendencialmente viciado por questões de ordem política:

Eu já ouvi falar, mas nunca tive a oportunidade de poder usá-las. Conheço algumas pessoas, que já tiveram a oportunidade de se beneficiar. Por um lado, há quem refere que os critérios de selecção não são transparentes. Eles dizem que o Fundo [Comunitário] é distribuído por afinidades, pessoas que se conhecem e são amigas. Isso faz com que apenas algumas pessoas tenham maior controlo. Há muita gente que se beneficia, mas depois não devolvem; aliás, são fundos que servem, também, para controlar os jovens.

EN, Beira, 27 anos, 6 de Dezembro de 2022.

A entrevista acima ilustra haver um nível de conhecimento da existência dessas iniciativas locais. Contudo, a forma como são alocadas aos beneficiários cria um sentimento de exclusão e favoritismo para alguns. Noutro desenvolvimento, alguns jovens afirmaram que, se bem utilizadas, as ferramentas de participação ao nível local podem representar uma oportunidade de participação acrescida, sobretudo quando os jovens são os principais beneficiados dos projectos que resultam dos Fundos Comunitários ou, ainda, dos Conselhos Consultivos de nível Distrital:

Localmente, há mecanismos de participação comunitária e vejo que há pessoas envolvidas. Os jovens, que se sentem marginalizados, veem esses espaços formais como mecanismos de participação, mas quando não se tem cartão vermelho, não se pode fazer parte de nenhum Conselho Consultivo – se você tiver ideia contrária, não há como. Tem que aceitar o que eles querem. Os jovens, depois, ficam frustrados, por não ser membros da OJM. Há exclusão de jovens que estão a trabalhar em prol do activismo aqui; mesmo na premiação dos activistas do ano [Dia do Voluntariado], esses jovens são excluídos, porque não fazem parte do partido.

AG, Pemba, 34 anos, 6 de Dezembro de 2022.

A fala supra revela a existência de práticas de exclusão em função da pertença partidária, fazendo com que alguns jovens percam oportunidades localmente. Porém, apesar de tais queixas ou denúncias, se bem usados, pode ser entendido que os referidos espaços locais acabam por se transformar em mecanismos que catapultam verdadeiramente a participação dos jovens e das mulheres. Por conseguinte, uma outra dimensão merecedora de atenção, nessa análise, é a emergência de espaços informais de participação dos jovens, tendo como palco o Distrito e o uso das redes sociais da Internet como ferramentas de engajamento político. Igualmente, a emergência de espaços informais como movimentos e uso de associações sem registo formal, podem ser descritos como exemplos que facilitam a participação dos jovens ao nível local.

Das entrevistas, foi possível extrair um sentimento de aparente apatia do uso de espaços informais como espaços de intervenção política, devido a um ambiente de permanente crispação entre os jovens e as autoridades locais de governação ou do abandono das autoridades perante os problemas juvenis ao nível local:

É possível fazer mobilização por via de plataformas digitais. Eu próprio uso O meu WhatsApp e Facebook. Mas faço pouco para a mobilização; apenas aposto mais na comunicação. Noto que há Organizações da Sociedade Civil que ainda usam pouco. Sinto que precisamos domesticar mais o uso dessas plataformas, sobretudo quando comunicamos com o Município, por causa da excessiva burocracia. O nosso sistema é diferente e isso cria algum receio de participação dos jovens.

FM, Tete, 28 anos, 6 de Dezembro de 2022.

Apesar da fala acima [a última], deve ser tido em conta uma outra dimensão que em inúmeras ocasiões deturpa a participação política dos jovens localmente. Por exemplo, quando os Municípios são geridos pelos partidos da oposição, como Beira (MDM) e Quelimane (Renamo), os espaços de participação dos jovens tendem a ser mais abertos, e diferentes dos espaços de participação dos Municípios geridos pelo partido Frelimo, que são "capturados" e utilizados pela OJM para fins particulares.

O uso das redes sociais ainda é incipiente pelos jovens, ao nível micro de participação, embora nos espaços urbanos como Municípios, tais ferramentas tenham tendência crescente em Moçambique, nos últimos anos.<sup>56</sup> Do trabalho feito ao nível local, foi possível constatar que a aposta no Facebook é uma realidade já adquirida, seja no uso para comunicação quotidiana ou realização de campanhas virtuais.

O uso das tecnologias é um dos primeiros mecanismos para alcançar as massas. Os jovens estão apegados a essas plataformas, para se mobilizar. Eu acho que são mecanismos que abrangem muitas pessoas, tanto que para divulgar a nossa informação, como Sociedade Civil, usamos o Facebook; tanto o Município como a Assembleia Municipal, fazem publicidade das suas sessões lá [no Facebook]. Essa é a nova tendência aqui no meu Município. Mesmo para as eleições, que teremos em breve [Outubro de 2023], essas plataformas serão muito usadas.

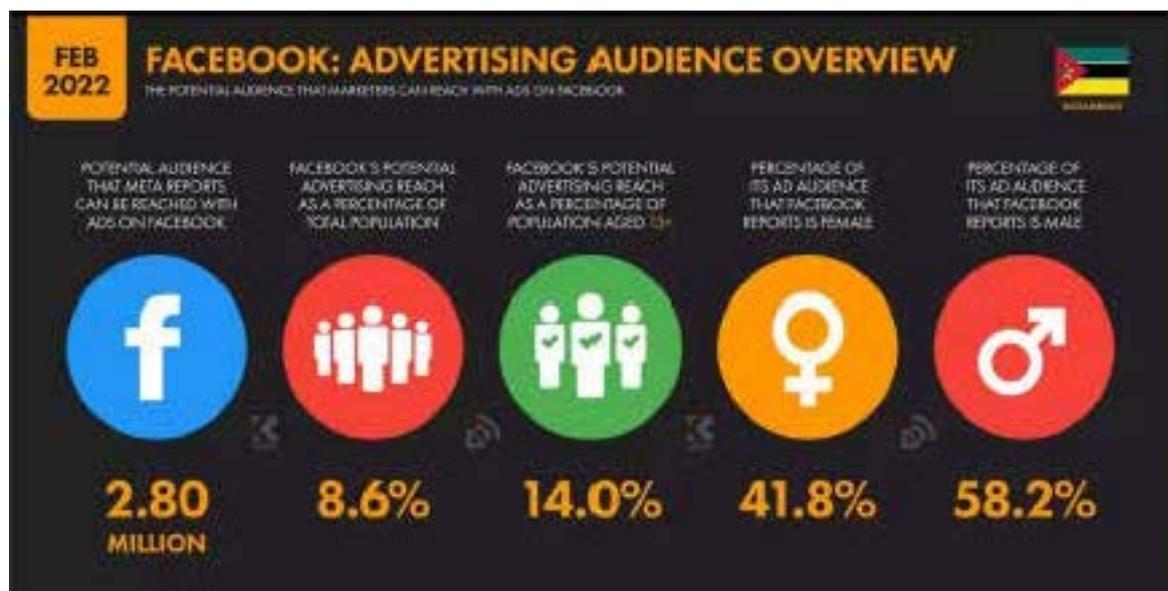
EN, Beira, 27 anos, 6 de Dezembro de 2022.

Da fala acima, pode-se extrair um sentimento segundo o qual as ferramentas virtuais vieram dinamizar a forma como a mobilização social e política é feita. Um dos destaques seria a solidariedade nacional em torno do movimento "Cabo Delgado Também é Moçambique", liderado exclusivamente por jovens de Cabo Delgado via plataformas virtuais. Todavia, dúvidas permanecem sobre a real abrangência e alcance potencial das ferramentas virtuais, sobretudo, se consideramos que apenas 23% da população mo-

<sup>56</sup> Tsandzana, D. "Cidadania e redes sociais: um convênio que favorece o engajamento cívico da juventude urbana em Moçambique?". In José Castiano et al. (Org), *Moçambique Neoliberal: Perspectivas críticas teóricas e da práxis*, pp. 185-196, Maputo, Ethale Publishing, 2018.

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

çambicana (7 milhões) é que acede, diariamente, a Internet e quase 3 milhões destes usam o Facebook, tal como ilustra o gráfico abaixo.



**Gráfico 10:** Uso da Internet e do Facebook em Moçambique (Hootsuite, 2022)<sup>57</sup>

Após a abordagem local de participação política dos jovens, a próxima secção faz uma abordagem por tópico dos principais desafios identificados pelos jovens como impedimentos para o exercício pleno da sua participação política em Moçambique e ao nível dos seus locais de permanência quotidiana.

<sup>57</sup> Hootsuite, Digital in Mozambique, 2022.

## VOZES JUVENIS E POLÍTICA EM MOÇAMBIQUE

Parece que, em algum momento, temos uma governação provisória no País, uma governação por cima do joelho. Em algum momento, vemos que a governação não protege a justiça e o bem-estar do seu povo. Falta algum botão, para se considerar que temos uma governação formal; parece uma governação informal...

RM, 30 anos, Manica, 12 de Outubro de 2022.

Começamos esta secção com a citação acima, que ilustra as vozes que este estudo buscou para traçar o panorama de participação política dos jovens em Moçambique, suas barreiras e propostas de solução. Este exercício é importante, na medida em que a abordagem das necessidades da juventude – para a educação, o envolvimento e a subsistência – tornou-se um princípio central das discussões políticas globais e continentais, durante a última década.<sup>58</sup> Por exemplo, a Carta Africana da Juventude (CAJ) sublinha os direitos da juventude e a sua participação nos processos políticos e de tomada de decisões como central para que os Estados respeitem, pois os jovens sentem não estar a receber o apoio que necessitam dos seus governos.

Mesmo que os jovens, em vários Países de África, tenham obtido ganhos substanciais em termos de acesso escolar, eles ainda enfrentam enormes lacunas para aceder às oportunidades, sejam laborais ou ocupação de cargos políticos de tomada de decisão.<sup>59</sup> Em geral, as pessoas com menos de 35 anos, raramente, são encontradas em posições formais de liderança política. Como ilustrado no gráfico 2 e 3 sobre Moçambique, a juventude não está adequadamente representada nas instituições e nos processos políticos formais, tais como Parlamentos, partidos políticos, eleições e administrações públicas. A situação é ainda mais difícil, tanto para as mulheres jovens como para as mulheres em posições de nível intermédio e de tomada de decisões e de liderança. Tal realidade é vista, claramente, ao longo das entrevistas realizadas:

Moçambique é um dos Países que, ao nível da Assembleia da República, não tem muita representação de jovens. Nos partidos políticos, temos sim alguma participação, mas os jovens não fazem parte de tomada de decisão na sua maioria. Acredito que se tivéssemos jovens nos espaços de tomada de decisão, sejam homens jovens ou mulheres jovens, colocariam em discussão o que afecta a juventude, porque só os jovens entendem os problemas da juventude. Há ausência dos jovens no espaço de tomada de decisão.

SU, 27 anos, Beira/Sofala, 9 de Outubro de 2022.

Para responder às necessidades dos jovens e garantir que os seus direitos humanos básicos sejam reconhecidos e aplicados, a sua participação activa e significativa nas suas sociedades e em práticas e processos democráticos é crucial. Assim, uma participação e liderança significativas dos jovens exigem

<sup>58</sup> Afrobarómetro, AD486: Africans say governments aren't doing enough to help youth, 2021 [<https://www.afrobarometer.org/publication/ad486-africans-say-governments-arent-doing-enough-help-youth/>], acessado em 5 de Dezembro de 2022.

<sup>59</sup> *Idem*, Afrobarómetro (2021).

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

que eles e as organizações por si lideradas tenham oportunidades, capacidades e beneficiem de um ambiente propício, com programas e políticas relevantes baseados em provas, a todos os níveis.

Antes de relatar as barreiras que impedem a participação político-juvenil a partir das entrevistas realizadas, há que destacar o que inibe os jovens de serem verdadeiramente activos em Moçambique, tal como ilustra a tabela abaixo.

<b>Impedimento</b>	<b>Causa</b>
Requisitos de idade para votar ou concorrer a um cargo	Em geral, o primeiro obstáculo à participação dos jovens é o requisito de idade mínima de voto fixado para as eleições nacionais – 18 anos – aplicado pela maioria dos Países, o que retira o direito de voto aos cidadãos mais jovens. A segunda barreira é a idade mínima de elegibilidade para concorrer a cargos, frequentemente fixada acima da idade para votar. Em Moçambique, tal limitação se regista para os órgãos de representação nacional como o cargo de Presidente da República (35 anos em diante), não se registando igual situação ao nível de eleição para os órgãos locais, como o de Presidente dos Municípios ou da Assembleia Municipal. Igualmente, a idade mínima para se tornar Deputado da Assembleia da República coincide com a idade eleitoral, ou seja, 18 anos.
Aumento dos custos políticos	Para a nomeação e campanha, os regulamentos financeiros políticos tornam ainda mais difícil para a juventude iniciar uma carreira política. Do mesmo modo, os partidos não tendem a dar apoio financeiro aos jovens candidatos nas mesmas dimensões que aos candidatos mais velhos. Considerando o exemplo de Moçambique, não há clareza sobre o uso dos fundos partidários em períodos eleitorais. Apesar de haver uma lei que regulamente tal questão, os partidos políticos aplicam os fundos sem a supervisão dos órgãos competentes. Os jovens, por terem o menor número de candidatos, são os que recebem menor apoio em períodos eleitorais.

Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado  
e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

<p>Tradições sociais e culturais</p>	<p>Em muitas sociedades, a política tem sido, durante séculos, um domínio de cidadãos mais velhos, frequentemente homens com posses, uma situação que resultou na exclusão sistemática dos jovens nos debates políticos e na tomada de decisões, contribuindo para a sub-representação da juventude. Apesar de um amplo consenso de que os jovens têm um papel importante a desempenhar nos processos políticos, a participação da juventude na política, aliada às barreiras culturais, continua a ser uma questão sensível em algumas regiões de Moçambique.</p> <p>Por exemplo, em Cabo Delgado e no Vale do Zambeze, constata-se que esses jovens são, quase permanentemente, associados a actos de violência, com destaque para o que sucede no Norte de Moçambique. Tal se faz sob o prisma da existência de choques culturais locais, junto de falta de oportunidades laborais que podem empurrar os jovens para o caminho da violência.<sup>60</sup></p>
<p>As mulheres jovens estão, em muitos Países, sujeitas à dupla discriminação</p>	<p>Com base na sua idade e sexo, as jovens mulheres experimentam, frequentemente, obstáculos adicionais em comparação com os homens. Devido a convenções sociais e/ou ambientes inseguros, as mulheres ainda enfrentam sérios obstáculos, quer para se registarem como eleitoras quer para votarem.</p> <p>Alguma idade de elegibilidade para candidatura (como entre os 25-30 anos) pode afectar, negativamente, a decisão de as mulheres concorrerem ao cargo, uma vez que esta faixa etária é, às vezes, a que 'se espera' que as mulheres se casem ou tenham filhos.</p> <p>Em Moçambique, ficou demonstrado<sup>61</sup> que impedimentos de ordem cultural, historicamente estabelecidos, e a violência eleitoral constante têm impedido as mulheres de se engajarem no panorama político nacional. Ademais, as mulheres, sobretudo jovens, ocupam posições marginais para a tomada de decisão e/ou enquanto candidatas.</p> <p>Em termos estatísticos, do levantamento realizado, destaca-se que, nas Eleições Autárquicas realizadas em 2018, apenas 6 mulheres conseguiram assumir os cargos de liderança dos conselhos autárquicos, num universo de 53 Municípios. Ou seja, 91% dos eleitos foram homens, contra 9% de mulheres, como ilustra o gráfico 6. Deste número, pela exiguidade de dados, não foi possível apurar as idades, mas, pela tendência, podemos assumir que grande número dos eleitos não está abaixo dos 35 anos.</p>

**Tabela 7:** *Aceproject, Youth and Elections* (adaptado por Tsandzana, 2022)

<sup>60</sup> Feijó, J. et al., Ingredientes para uma revolta de jovens – Pobreza, sociedade de consumo e expectativas frustradas, OMR, 2022.

<sup>61</sup> CeUrbe, As "inaudíveis": Estudo sobre violência contra a mulher nas eleições: o caso dos Municípios de Mocuba e Chókwè, 2019.

## DIAGNÓSTICO: UMA ABORDAGEM A PARTIR DOS DESAFIOS DA JUVENTUDE

As secções abaixo, divididas em quatro, foram obtidas a partir de entrevistas realizadas junto de jovens oriundos de Cabo Delgado e do Vale do Zambeze. Para tal, serão abordados os principais desafios que sobressaíram deste exercício de busca de vozes juvenis. Começamos pelo desafio da inclusão.

### 1. O Desafio da Inclusão

O maior desafio tem a ver com a inserção da camada juvenil nas questões políticas, porque se começarmos com os jovens, seguramente vamos estar bem encaminhados, para conhecer o nosso destino; mesmo que a gente não esteja lá [no Executivo] a dirigir, se estivermos inseridos na vida política, já é um passo importante. Mesmo esses partidos políticos, que estão a surgir agora, devem incluir os jovens.

...Eu acho que o espaço para os jovens participarem, pode até haver, mas a questão é como chegar a esses espaços? Apesar de termos um Parlamento, poucas vezes, os jovens são ouvidos ou têm oportunidades – poucas vezes, os jovens expõem os seus desafios. Os mais velhos, que estão lá [no Parlamento], devem abrir espaços para os jovens participarem, mesmo ao nível das Províncias e distritos, seja a partir do Chefe da Localidade, Chefe do Posto ou do Administrador, até ao mais alto nível.

DK, 27 anos, Tete/Moatize, 14 de Outubro de 2022.

Esta secção inicia com uma fala que indicia a necessidade de inclusão dos jovens nas esferas de decisão, pois, apesar de constituírem uma larga franja da população em muitos Países, eles são, geralmente, marginalizados da política e da tomada de decisões. Além disso, lutam para ganhar o respeito dos funcionários públicos e são vistos como carentes de competências e experiência, para se envolverem em actividades políticas e liderarem mudanças positivas nas suas comunidades. Esta exclusão, combinada com oportunidades educativas e económicas limitadas, pode deixar os jovens tanto inactivos como frustrados, com o status quo, tal como ilustrado abaixo:

Os maiores desafios que enfrento, como jovem, têm que ver com a falta de oportunidades para participar nos órgãos de decisão. Alguém [mais velho] que não vive uma situação como a minha toma decisões sobre mim. São tomadas decisões sobre jovens, mas esses jovens não as conhecem – o jovem não foi ouvido e nem esteve lá [no Parlamento ou na Assembleia Municipal/Provincial], para conhecer essas decisões. Igualmente, sinto que não temos oportunidades, como jovens; mesmo que o Governo crie espaço para termos Associações, quando são criadas essas organizações, não são usadas nos programas estratégicos dos governantes.

Por exemplo, o Sector da Educação ou da Agricultura não trabalha com essas organizações. O associativismo é um veículo de participação, mas os jovens não são envolvidos na prática – as associações não são convidadas pelas autoridades do País.

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

Além disso, sinto haver um órgão que deve ser interlocutor dos jovens [CNJ], mas temos muitas dúvidas sobre a sua forma de actuação, pois não nos parece muito confiável.

CM, Quelimane/Zambézia, 31 anos, 12 Outubro de 2022.

A fala acima indica que a juventude precisa de oportunidades reais para participar em processos políticos e contribuir para soluções práticas que promovam o desenvolvimento, pois, quando lhes é dada a oportunidade de se organizarem, exprimirem as suas opiniões e desempenharem um papel significativo na tomada de decisões políticas, os jovens demonstram, consistentemente, a sua vontade e capacidade de promover uma mudança positiva e duradoura. Também, tornam-se mais propensos a exigir e defender a democracia, e a ganhar um maior sentido de pertença. Contudo, mesmo onde parece existir vontade, prevalecem impedimentos para que as ideias dos jovens sejam verdadeiramente aceites como válidas, tal como é o caso do que sucede em Pemba, Província de Cabo Delgado:

Eu sinto que há muitos problemas aqui [em Pemba], sobretudo de habitação e de vias de acesso dentro da cidade, bem como de abastecimento de água potável. Os jovens enfrentam dificuldades, mas o principal problema é marcação de audiência para falar com os governantes. Por exemplo, os Secretários nos impedem de ir falar com o Presidente do Município, só por causa da nossa roupa. Para os jovens que conseguem falar com o Presidente do Município e expõem o que pensam, as suas ideias não são levadas em consideração.

Eles [os governantes] não aceitam ideias dos jovens e preferem fazer sozinhos. Eu própria já tive essa situação, há dias aqui [em Pemba]; tentamos restaurar praças, fizemos limpeza, mas depois vieram outras pessoas fazer aquele trabalho. Tentamos montar Internet, aqui na zona, para os jovens, mas dois dias depois, mandaram alguém pintar a praça e colocar o seu nome. Isso faz com que muitos jovens não participem na vida política e prefiram ficar em casa e não contribuir em nada.

GE, 25 anos, Pemba, 7 de Outubro de 2022.

O desafio da inclusão não foi o único a ser destacado durante o diálogo com os jovens, tendo sido enumerado um outro impedimento que concorre negativamente para o engajamento político dos jovens, tal como pode ser visto a seguir.

### **2. O Desafio da Empregabilidade**

O maior desafio tem a ver com a questão do desemprego, para que a juventude tenha uma visão para enfrentar. Nós [os jovens] trabalhamos e crescemos, para sustentar as nossas famílias, mas o País limita esses ganhos para a juventude, por isso vemos que ela se alia mais à criminalidade e, depois, a essas questões que temos visto, como o terrorismo.

Lá [em Cabo Delgado], o jovem prefere ganhar dinheiro fácil, porque não encontra emprego. O jovem prefere ser aliciado e desafia o País, porque o mesmo País não

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

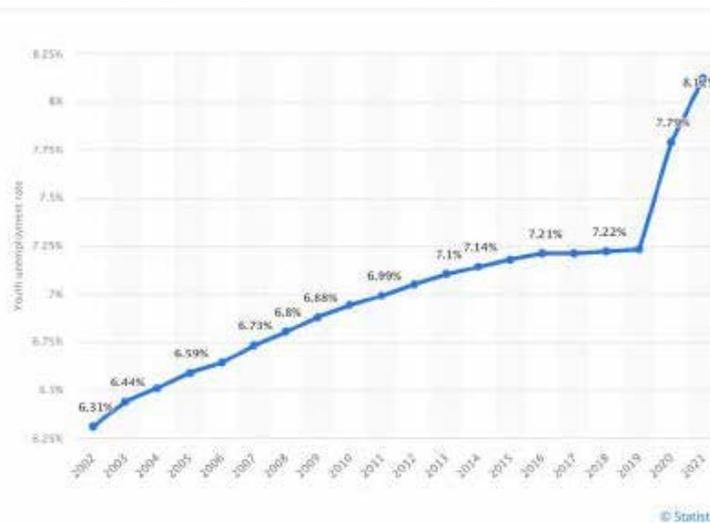
tem solução para o próprio jovem. Eu apelo ao Governo a mudar as políticas de empregabilidade para os jovens. O espaço para colocar os desafios dos jovens é limitado e a governação do dia não aceita que os jovens manifestem as suas preocupações.

TT, 34 anos, Manica, 13 de Outubro de 2022.

Tal como ilustra a fala acima, durante esta pesquisa, quisemos dar voz aos jovens para que, a partir dos seus contextos, revelassem os desafios pelos quais passam para se afirmarem enquanto agentes de mudança activos na sociedade, dado que as suas contribuições podem dar vida aos valores democráticos que Moçambique procura, levando assim à inversão de práticas autoritárias. Nesse contexto, a escassez de oportunidades de emprego afigurou-se a central. Aliás, foi uma tónica transversal em quase todas as entrevistas.

Assim, importa colocar o desafio da empregabilidade no centro do debate, na medida em que, além de os jovens ganharem mais experiência com o aumento da idade, alguns passos específicos da idade adulta provaram ter um efeito no comportamento de participação política. Estes incluem, entre outros, casar, constituir família, formar-se e conseguir um emprego.<sup>62</sup> A busca de sustento via emprego é fundamental para perceber os obstáculos pelos quais os jovens passam para exercer a sua participação.

Sem dados completamente consolidados, sabe-se que, em Moçambique, a taxa de desemprego juvenil aumentou 0,3% em 2021, em comparação com o ano anterior (2020). Com 8%, a taxa de desemprego juvenil atingiu o seu valor mais elevado, no período observado. Notavelmente, a taxa de desemprego dos jovens aumentou continuamente, ao longo dos últimos anos. A mesma taxa se refere à percentagem da mão-de-obra com idades compreendidas entre os 15 e 24 anos que, actualmente, não está a trabalhar, mas procura activamente trabalho. Não inclui a população economicamente inactiva, tais como os desempregados de longa duração ou estudantes a tempo inteiro. No gráfico abaixo, a tendência ilustra uma subida crescente dos níveis de desemprego dos jovens em Moçambique.<sup>63</sup>



**Gráfico 11:** Níveis de desemprego dos jovens – evolução ao longo do tempo (Statista, adaptado por Tsandzana, 2022).

<sup>62</sup> Quintelier, E., Differences in political participation between young and old people, *Contemporary Politics*, Vol. 13, No. 2, pp. 165–180, 2007.

<sup>63</sup> O'Neill, A., Youth unemployment rate in Mozambique in 2021, Statista, 2022.

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

O desemprego juvenil coloca sempre desafios, não só de âmbito económico, mas sobretudo político. Por exemplo, em Países onde os jovens lideraram protestos que forçaram regimes autoritários a abandonar o poder, é provável que sintam uma frustração significativa, se não forem incluídos nos processos formais de tomada de decisão. Isto pode desestabilizar a democratização e acelerar a dinâmica do conflito. Por se referir ao conflito, verifica-se que a situação de insegurança que assola Cabo Delgado é, insistentemente, associada aos jovens enquanto promotores de tais actos como resultado do desprovimento de recursos ou oportunidades, tal como afirmaram alguns entrevistados baseados em Pemba, Cabo Delgado:

Os jovens não possuem oportunidades para se mostrar e dizer o que eles podem fazer. A falta dessas oportunidades tem sido um dos maiores desafios dos jovens aqui [em Sofala]. Se formos a ver, os jovens querem mostrar, mas são bloqueados. Não sinto que haja espaço para eu expressar as minhas dificuldades aos governantes, porque não há um espaço direccionado aos jovens.

Eles [os governantes] não dão espaço para os jovens, não há espaço... porque as nossas dificuldades são de empregabilidade, mas não temos como nos expressar. Eles [os governantes] sabem disso, mas não fazem nada para mudar.

Y da C, 24 anos, Sofala, 11 de Outubro de 2022

E não só, idem como ilustra outro entrevistado:

O maior desafio que enfrento, como jovem, é a empregabilidade, porque o jovem não deve estar numa situação de estagnação. Os jovens não possuem emprego – é preciso, sim, que eles tenham formação; mas também, maior parte dos jovens tem formação, mas não tem emprego. É o jovem quem tem força para alavancar este País. Eu não tenho espaço para explicar os meus problemas aos políticos – o jovem não tem acesso aos políticos – porque os políticos não ouvem os jovens. 75% ou 90% que temos, lá no Parlamento, são velhos – o jovem não tem espaço para expor esses casos e ser ouvido. O jovem é desconfiado que 'pode deixar cair o País', enquanto nós [os jovens] somos a vanguarda dos próximos anos – somos nós que vamos continuar a governar o País. Eu sinto que não há espaço para os jovens – eles não têm espaço para expor o que sentem para o desenvolvimento do País.

TJ, 35 anos, Macanga/Tete, 9 de Outubro de 2022..

A fala de TJ revela uma ambiguidade, porque não é devido à falta de formação que os jovens enfrentam desafios, mas sim a escassez de oportunidades para os jovens já formados. Chama-nos à atenção esta reflexão, sobretudo vinda de um residente do Distrito de Macanga – Norte de Tete – local conhecido como um bastião da prática da mineração ilegal no Vale do Zambeze por jovens oriundos de diferentes regiões de Tete, mas não só.

Outrossim, nota-se que com a descoberta do carvão, Tete recebeu grandes investimentos que criaram altas expectativas de desenvolvimento, de tal forma que a Província era vista como o "El Dourado", sobretudo com o início da exploração de carvão em grande escala pela Vale e Rio Tinto, em 2011 e 2012,

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

respectivamente. Todavia, mesmo com a abundância de recursos minerais, a população continua a viver com uma das mais elevadas taxas de incidência da pobreza e são os jovens quem mais sofrem os impactos dessa realidade, ao nível local.<sup>64</sup>

As comunidades locais continuam a queixar-se de altos níveis de poluição, fracos mecanismos de consulta comunitária pelas empresas de mineração, descontinuidade nos programas de financiamento ao desenvolvimento, além do alto custo de vida originado pela inserção daqueles projectos. Entenda-se que o apuramento de dados que indicassem a presença (ou não) de jovens nos Conselhos Consultivos de tomada de decisão da aplicação das receitas provindas da exploração dos recursos naturais seria benéfica, mas tais dados não são de acesso público ou inexistente a sua produção.

Contudo, o argumento da falta de oportunidades em função do local de residência deve ser relativizado, dado que existe um desequilíbrio regional e consequente falta de políticas governamentais que impedem que os *el-dorados* sirvam os interesses dos jovens.<sup>65</sup> Deve-se questionar até que ponto há jovens formados com a qualidade necessária para tais projectos, pois o que se relata é que, localmente, tais jovens não conseguem estar em igualdade com aqueles que veem de outros cantos do País, como a Cidade de Maputo. Ou seja, estamos em presença de uma questão do desequilíbrio no sistema de educação, que faz com que os jovens da Cidade de Maputo tenham melhores oportunidades de formação, e, por conseguinte, estão em avançadas condições para ter empregos nos *el-dorados*. Por essa via, se o Estado tivesse políticas de antecipação para criar e aperfeiçoar os centros de formação profissional, provavelmente, se poderia capacitar também os jovens sem diploma superior, mas com formação técnico-profissional.

Pelo que se pode perceber, todo este cenário de abundância de recursos sem benefício afecta sobremaneira os jovens. Num outro Distrito de Tete, igualmente conhecido pelo seu historial de conflito devido à exploração artesanal de recursos naturais, percebe-se que a situação da participação dos jovens é igualmente limitada, por causa da exiguidade de espaços e oportunidades para o efeito, como ilustra a fala abaixo.

Eu falo de Cateme [em Tete] e quero acreditar que as oportunidades não são as mesmas para os jovens que residem nas cidades ou noutras partes do País. A partir daqui [em Cateme], eu sinto que há maiores desafios para os jovens, por isso, é preciso que os políticos abram uma janela para os jovens implementarem as suas ideias. Pela minha localização, sinto que ainda não temos essa oportunidade para apresentar a nossa visão. Em Cateme, acho que não há espaço para jovens falarem dos seus desafios. Anos atrás, eu tentei expor algumas ideias, mas fui percebendo que aquela minha iniciativa teve muitas barreiras para prosseguir e tive que recuar, porque a minha iniciativa estava a ser mal-entendida; por isso, hoje, estou de braços cruzados. Sinto que o outro desafio é tentarmos encontrar ideias e soluções para acabar com os

<sup>64</sup> IGM, UN Wider, Pobreza e bem-estar em Moçambique: Quarta Avaliação Nacional, 2016.

<sup>65</sup> Feijó, F., E se em vez de comunicados à nação, o Presidente da República coordenasse debates alargados sobre o conflito em Cabo Delgado?, OMR, 2021.

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

problemas que o País enfrenta. Hoje em dia, falar de emprego é um verdadeiro calcanhar de Aquiles e temos que ajudar a ultrapassar esses problemas.

DB, Distrito de Cateme/Tete, 30 anos, 10 de Outubro de 2022.

Há muito medo – quando temos uma posição diferente, somos vistos como oposição, por isso prefiro continuar calada, ao invés de colocar em perigo a minha vida. Tenho ideias boas para o País, mas devo falar dentro de um círculo partidário; se eu falo fora, sou agitadora. Devia haver uma forma de protecção de actores que tentam contribuir sem que façam parte de uma organização política. Se eu mobilizo os jovens para manifestar, vou receber chamadas intimidatórias em anonimato; isso faz com que os jovens recuem.

O País não está bom, há pessoas que nos vigiam, não sabemos quem alinha conosco; não faz sentido que se tente organizar manifestações, mas, de repente, surgem mensagens de intimidação... há jovens que também são infiltrados. A forma como o Governo actua, faz com que os jovens não participem. Outros jovens pensam que para participar, devem estar em partidos, mas não. Participar é influenciar para haver serviços básicos de qualidade – aqui na Província, temos multinacionais, mas não temos jovens residentes; isso também nos faz recuar.

FM, Tete, 28 anos, 26 de Outubro de 2022.

Não sentimos a inclusão dos jovens, aqui [em Tete], muito menos das mulheres. Era suposto termos, aqui, pessoas desenvolvidas, porque estamos numa zona mineira – mas sentimos que isso está mais para jovens que saem das outras Províncias e de outros distritos. Excluem os jovens de cá; as pessoas, sobretudo a mulher, são tiradas das suas terras que era sua base de sustento e não lhes é dada oportunidades. A mulher cultiva para vender, mas tiram dela essas oportunidades com as empresas mineiras. A mulher e os jovens são abandonados, porque eles prometem, mas não cumprem – isso é lamentável, por isso há muitos jovens a consumir álcool e envolvidos drogas, porque estão frustrados... estão na vida.

SF, Moatize/Tete, 33 anos, 31 de Outubro de 2022.

Importa destacar que, na entrevista concedida por SF, a questão da jovem mulher é de capital importância, pois, apesar de os jovens viverem no mesmo espaço geográfico, as consequências dos efeitos negativos da sua exclusão são sentidas de forma diferente entre homens e mulheres. Se a Província de Tete podia ser o espelho do quão os jovens buscam por oportunidades laborais para promover a sua participação, de Pemba, chega-nos a mesma percepção, sobretudo como resultado da situação económica em que a Província de Cabo Delgado se encontra:

Sempre há entraves para a nossa participação. O maior desafio tem sido o desemprego e a inserção profissional, sobretudo porque aqui [em Pemba], muitas empresas fecharam. Há jovens que estavam a ser formados para trabalhar na explo-

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

ração dos recursos, mas já não há como trabalhar – ficam com o certificado em casa, sem fazer nada. Alguns jovens são formados, mas nunca conseguem uma actividade profissional.

AP, 35 anos, Pemba, 8 de Outubro de 2022.

Se formos ao detalhe, uma das críticas de maior destaque que os jovens colocam no desafio da empregabilidade está associada à existência de critérios excessivamente burocráticos, que inibem, em grande medida, os jovens de desenvolver as suas iniciativas de forma eficaz e a proliferação de práticas de corrupção, que favorecem determinados grupos. De Mopeia, na Província de Zambézia, temos o depoimento de VV:

O maior desafio que os jovens enfrentam tem que ver com a falta de emprego; devem-se criar mais políticas que envolvam os jovens no processo de tomada de decisão. Compreendo que o Governo está a dar o seu máximo com várias iniciativas, mas estas não favorecem aos jovens que estão a vir de baixo.

Geralmente, para você desenvolver uma actividade ou criar um negócio, há critérios desenhados que não correspondem com os jovens e sua realidade. Nos fóruns que existem, não há respostas a curto prazo; os jovens estão preocupados com a actualidade e esperam ter o retorno rápido, mas o que vemos é tanta demora para reagir aos projectos dos jovens.

VV, 29 anos, Mopeia/Zambézia, 14 de Outubro de 2022.

Outrossim, quando se trata de contratar os jovens para ocupar determinados cargos profissionais:

Devem-se criar espaços para que os jovens melhorem as suas habilidades – conhecimento técnico profissional. Devia existir transparência no processo de contratação dos jovens, mesmo para os adultos. Noto haver jovens com conhecimento, que participam de vários concursos, mas nunca são contratados; em contrapartida, vemos as mesmas pessoas em todos os lados.

São os mesmos grupos, que aprecem sempre em primeiro lugar. Devia haver um incentivo do Governo e do Sector Privado para empregar os jovens. Noto que não há esse incentivo, aqui em Moçambique, e temos um Sector Privado com gente ligada ao partido [no poder] mais poderoso. Poderia ainda adicionar que é preciso apoiar iniciativas dos jovens.

CM, 35 anos, Chimoio/Manica, 14 de Outubro de 2022

Das falas acima, importa destacar que uma das consequências do desemprego juvenil, nas zonas de exploração de recursos minerais, é o recurso para o garimpo artesanal ilegal e o envolvimento dos jovens em redes criminosas. Noutras pesquisas<sup>66</sup>, já ficou demonstrado que a má exploração dos recursos naturais resulta no empobrecimento generalizado dos jovens. Ademais, geralmente, a reacção das empresas mineradoras, apadrinhada pelas autoridades locais e pela Polícia da República de Moçambique (PRM), resulta na violação dos direitos humanos desses jovens, agravado pelas denúncias de que as autorida-

<sup>66</sup> CDD, Jovens de Cabo Delgado exigem transparência e inclusão na governação dos recursos naturais, 2021.

des locais são parte da exploração ilegal desses recursos.<sup>67</sup>

Se o desafio da empregabilidade parece ser ter um sério impacto na forma como os jovens se engajam com a política, emerge um outro problema eminentemente de fórum político, tal e qual pode ser descrito logo na secção a seguir.

### 3. O Desafio da Partidarização

Há falta de espaço para os jovens no País. Por exemplo, aqui [em Pemba], é pior ainda. Não há espaço onde os jovens podem organizar encontros e realizar projectos. Mesmo os espaços desportivos e de lazer, são privados. Não há oportunidades de intercâmbio, aqui, entre os jovens. O maior factor limitante é a questão partidária. Há uma conotação permanente em relação aos jovens, por isso eles ficam no silêncio. Aqui [em Pemba], a situação do partido é muito forte e quem não é do partido fica sem voz. Quando há marchas, aqui na cidade [em Pemba], é tudo feito pelo partido, são jovens do partido. Não há outra imagem que não seja do partido.

JV, 30 anos, Pemba, 9 de Outubro de 2022.

Moçambique tem sido destacado como um País em que a dominação partidária afecta sobremaneira a implantação do Estado enquanto órgão despartidarizado. Tal chega a ser designado por alguma literatura estabelecida de 'Partido-Estado' – a falta de separação entre acções privadas de um partido político e o ente público Estado. Igualmente, essa realidade pode ser designada de *political settlement*<sup>68</sup>, patrimonialismo ou, ainda, clientelismo. Quando tal é associado aos jovens, é destaque que pertencer a determinadas cores partidárias tem influência na conquista ou não de oportunidades que, de princípio, deviam ser de acesso livre e igualitário.<sup>69</sup>

Por exemplo, é frequente o discurso segundo o qual ser membro do partido Frelimo é sinónimo de inclusão e posterior sucesso económico ou social, enquanto o facto de ser da Renamo e/ou do MDM resulta na exclusão dos jovens dos mecanismos de tomada de decisão, de ter emprego e de participar activamente na sociedade.<sup>70</sup> Enquanto no passado envolvimento político dos cidadãos era canalizado, principalmente, por meio do activismo nos partidos políticos (filiação, trabalho voluntário, campanha porta-a-porta e participação em reuniões), os últimos anos mostram que os partidos políticos estão a enfrentar dificuldades em atrair novos membros do partido e, em particular, os jovens. Há um 'desencantamento juvenil' quase geral pela política formal feita pelos partidos.<sup>71</sup>

<sup>67</sup> DW, Rubis ilegais: Garimpeiros denunciam envolvimento da polícia (27 de Fevereiro de 2020), <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-garimpeiros-denunciam-envolvimento-das-autoridades-em-circuito-ilegal/a-52552317>. Acessado em 5 de Dezembro de 2022.

<sup>68</sup> Weimer, B. et al., A Economia do Political Settlement em Moçambique: Contexto e Implicações da Descentralização. In B. Weimer (Ed.), *Mocambique: Descentralizar o Centralismo: Economia política, Recursos E Resultados* (pp. 31-75), Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE), 2012.

<sup>69</sup> Tsandzana, D., The political participation of youth in Mozambique's 2019 General Elections, *Journal of African Elections*, Vol. 21, Nr. 1, pp. 95-119, 2022.

<sup>70</sup> Tsandzana, D., Op cit.

<sup>71</sup> Lardeux, L. et al., *Génération désenchantées ? Jeunes et démocratie*, Paris, INJEP, 2021.

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

Por exemplo, o Relatório Global da Juventude das Nações Unidas (2016)<sup>72</sup> mostra que a filiação em partidos políticos é menos prevalente entre os menores de 30 anos do que entre os adultos mais velhos. O mesmo relatório revelou que apenas 4,1% dos jovens entre os 18-29 anos são membros activos do partido, em comparação com 5% de todos os adultos.<sup>73</sup> Em Moçambique, o desafio da partidarização excessiva inibe os jovens de participarem de facto, como revela AB, a partir da Província de Sofala:

Não há espaço para eu expor as minhas inquietações, como jovem – em nenhum momento, porque maior parte da participação dos jovens é para ouvir. Se você não está filiado à OJM ou outros partidos políticos, você não tem voz. Em algum momento, temos medo porque não sabemos onde vai chegar o que dizemos. Se você é alguém sem "costas quentes" e influência, praticamente o que você faz equivale a zero. Há muitos jovens com habilidades que não estão no mercado de trabalho e não tem visibilidade, por causa de "costas quentes", consideradas de conectadores.

AB, Sofala, 23 anos, 9 de Outubro de 2022.

A fala de AB não difere tanto com que jovens de outras Províncias do Vale do Zambeze igualmente revelaram:

O espaço de participação ainda está relativamente minado, a liberdade de expressão não é muito grande. Nós trabalhamos apenas no sentido de sermos políticos; se você tem uma ideia e está num partido, é lá onde começa a sua inibição para desenvolver as ideias; mas se sair da 'casca de sermos jovens seguidores', podemos ter espaço e começar, aos poucos, para mudar a realidade, sobretudo nos centros urbanos, porque na zona rural, a liberdade diminui.

RM, 30 anos, Manica, 12 de Outubro de 2022.

E não só, o desafio partidário menospreza o conhecimento dos jovens, colocando as cores partidárias como o principal critério de participação política.

Eu penso que o grande problema é a inclusão. Em Moçambique, não temos a cultura de envolver os jovens segundo as suas capacidades, sejam intelectuais ou técnicas, para a máquina governativa funcionar. Se você não é parte de um grupo político, mesmo que tenha um conhecimento técnico muito elevado, ficará de fora. Esse, para mim, é um grande desafio e pode trazer muitos outros desafios. Sempre que acordo nas manhãs, eu vejo a cidade cheia de jovens e isso denuncia essa falta de inclusão. Poderíamos, como País, criar uma maneira de ocupar estes jovens, porque as mentes que nada fazem, que acordam de manhã e vão à rua deambular, são perigosas e podem ser aliciadas por coisas muitas baixas. Como jovem, sinto que não há espaço para eu expressar as minhas dificuldades; eu já tive interesse de participar em reuniões com altas individualidades do Governo, mas, nesses encontros,

<sup>72</sup> Este é o último relatório produzido pela Agência das Nações Unidas, que se encontra publicamente disponível.

<sup>73</sup> Relatório Global da Juventude da ONU (2016) / UN-DESA, World Youth Report.

só convidam jovens selecionados – não há espaço livre para o jovem lançar o que pensa ou lançar ideias inovadoras; não há espaço para tal.

CM, 35 anos, Manica, 13 de Outubro de 2022.

Para além do desafio da partidarização, emergiu um outro empecilho que está ligado ao último, dado que os para além dos partidos políticos serem espaços bloqueadores de participação política, existe uma etapa ainda maior que esses jovens devem ultrapassar, sendo que tal está ligado com a falta ou reduzida aceitação por parte dos adultos.

#### **4. O Desafio da Aceitação**

Nunca antes tantos jovens estiveram envolvidos em movimentos de mudança em todo o mundo. Estão a tomar as ruas e a utilizar as redes sociais da Internet e comunidades virtuais para se ligarem, expressarem as suas vozes e fazerem campanha pela mudança.<sup>74</sup> Estão a protestar contra regimes autoritários, corrupção e desigualdades. Estão a lutar pelo desenvolvimento sustentável e por um futuro melhor para as gerações actuais e vindouras. No entanto, a representação política de mulheres e homens jovens continua a ser limitada. Embora os jovens estejam envolvidos no activismo no espaço digital, a protestar, a voluntariar-se para melhorar as suas comunidades e a inovar para o bem social, a sua participação e influência na política formal é limitada.

Há argumentos que contrariam e apoiam a ideia de que os jovens carecem da maturidade, experiência e conhecimentos necessários para tomar decisões informadas. Quase seis em cada 10 africanos pensam que é mais importante ouvir a sabedoria dos mais velhos do que as novas ideias dos jovens, mostra uma sondagem feita em 34 Países africanos, realizada pelo Afrobarómetro, em 2022. Ou seja, a necessidade de prestar mais atenção aos jovens é uma opinião minoritária entre os principais grupos sociodemográficos – mesmo entre os próprios jovens.

Embora o Afrobarómetro mostre que larga maioria dos cidadãos residentes em África está a lutar contra o desemprego juvenil e pensa que os seus governos não estão a fazer o suficiente para satisfazer às necessidades dos jovens, os jovens tendem a participar menos na maioria das formas de acção cívica e envolvimento político.<sup>75</sup> Em Moçambique, a realidade parece não mostrar o contrário, se nos atermos à fala abaixo:

Eu penso que o primeiro desafio é a valorização do próprio jovem, porque se acredita que ele é o futuro da nação. Mas, quando olhamos para a nossa realidade, o jovem não é enquadrado em certas situações políticas para a tomada de decisões, ainda que seja para o seu bem. Nós temos vivenciado adultos a decidirem pelos jovens – ainda que haja lá [na Assembleia da República] algum jovem para falar

<sup>74</sup> Tsandzana, D., Jovens e 'participação política 2.0' em Moçambique: propostas para discussão, *Diálogos de Governança*, Universidade Eduardo Mondlane, No. 4, pp. 1-10, 2021.

<sup>75</sup> Afrobarómetro, International Youth Day: Majority of Africans – even of youth – consider the ideas of young people secondary to the wisdom of the elders, 2022 [<https://www.afrobarometer.org/articles/international-youth-day-majority-of-africans-even-of-youth-consider-the-ideas-of-young-people-secondary-to-the-wisdom-of-the-elders/>], acessado em 5 de Dezembro de 2022.

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

das necessidades dos jovens, a sua opinião não é válida – está lá [na Assembleia da República] para fazer de contas. É uma figura de estilo. Realmente, penso ser um caso por se estudar.

Alguns jovens têm medo de se expressar, por causa do que lhes pode acontecer ou aos seus familiares. As pessoas não estão preparadas para ouvir certas realidades ditas pelos jovens. Eu própria partilhava textos nas redes sociais, mas recebi alertas para ter cuidado com o que estava a dizer, porque comprometeria o meu futuro, e eram os jovens quem me chamavam à atenção.

Não há espaço para eu colocar as minhas preocupações, como jovem; se há, é só uma montagem. Nalgum momento, verificamos assuntos já debatidos, sobre os quais não tivemos conhecimento – são coisas que acontecem como se de segredo se tratassem. Eu não sinto que há esse espaço, porque não tenho tido espaço. Celebramos o dia da Juventude [12 de Agosto], mas não tivemos a oportunidade de fazer um debate; também, vi que há jovens beneficiados de Bolsas de Estudo para cursos vocacionais, mas quem são esses jovens? Ninguém sabe. Onde lançam a informação relacionada com a juventude? Ninguém sabe.

SM, Sofala, 22 anos, 10 de Outubro de 2022.

A predominância do clima de desconfiança em torno dos jovens não parece ser recente, sobretudo, se considerarmos discursos anteriores que indicavam os jovens como actores que pudessem “vender o País”.<sup>76</sup>

A principal barreira é a componente de participação, porque os jovens são a maioria em Moçambique, são quase 50% ou 70% e não beneficiam dos lugares – dos cargos de tomada de decisão. Não temos muitos jovens na governação, na Assembleia da República, nas Assembleias Municipais ou Assembleias Provinciais; mesmo como PCAs de grandes empresas em Moçambique, não conheço nenhum jovem. Os jovens não têm oportunidades para, também, estarem em cargos cimeiros.

Outro desafio tem a ver com o facto de os jovens pensarem em desenvolver, ter uma família; mas, ao mesmo tempo, é muito difícil, dada à sua falta de enquadramento – não trabalham e, por isso, há desemprego acentuado. Digo ainda, os espaços de participação estão muito confinados e o jovem deve reclamar esses espaços – os jovens devem fazer muito trabalho – pressionar para que eles [os jovens] participem.

DM, 35 anos, Manica, 13 de Outubro de 2022.

Tal como referido acima, porque os mais velhos estão nos lugares cimeiros de governação, inibe os jovens a desenvolverem a sua veia participativa. Tal é mais grave ainda quando os jovens sugerem que o facto de os mais velhos conduzirem os seus destinos, pode ser indicativo duma armadilha que piorará com o tempo, conforme expresso por RM, da Província de Manica.

<sup>76</sup> Hama Thai, Jovens ainda não estão preparados, Jornal Magazine Independente, 5 de Julho de 2008.

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

O grande desafio, na vida política, é a necessidade de compreender os estilos de governação para passarmos a ser sujeitos de obrigações, sem tirar o nosso dever. Nós [os jovens] não podemos esperar que alguém faça, os idosos ou mais velhos que temos é que farão, não podemos esperar. Devemos ter um ponto de partida, para sermos cidadãos mais activos para propor um sistema [político] mais robusto possível. O que está a acontecer, agora, é que temos uma governação baseada nos idosos, praticamente os nossos iniciadores estão lá [na Assembleia da República], acima dos 70 anos e, no mínimo, 60 anos. O que eles [os governantes] estão a tratar agora, vai ser uma armadilha para nós [os jovens], que temos mais anos para viver e construir este País.

RM, 30 anos, Manica, 12 de Outubro de 2022.

Colocados os quatro desafios centrais acima, é legítimo que sejam encontradas soluções ou propostas que possam ajudar os jovens a ultrapassar tais barreiras, elementos estes que são discutidas na secção abaixo.

### **MOVER EM FRENTE EM BUSCA DE SOLUÇÕES**

Num dado momento desta pesquisa, considerou-se que fosse importante questionar aos jovens sobre as possíveis estratégias ou soluções perante os desafios por eles elencados. Tal foi feito com o interesse de captar a sensibilidade do que se pode fazer de facto, visando contornar as barreiras impostas para a participação política dos jovens. A primeira proposta veio da Cidade da Beira:

A melhor solução aos desafios é a abertura de espaços para que os jovens apreciem a política. Devemos chamar atenção aos jovens para mostrar a importância de participar na vida política, porque é fundamental. É preciso tirar obstáculos que fazem pensar que os políticos são todos corruptos e os jovens podem fazer parte para mudar essa realidade.

LA, Beira, 21 anos, 9 de Outubro de 2022.

LA insiste na necessidade de se mudar a imagem segundo a qual os partidos políticos não são uma alternativa aos jovens. Para tal, os jovens devem conhecer a importância da sua participação na vida política. Outros jovens acreditam que a mudança só será possível, se partirmos de uma total refundação – entenda-se reformulação – na forma de governar.

Tem que haver uma reforma da política nacional, porque estamos a trabalhar com políticas esgotadas. O Governo faz esforço com a SEJE [Secretaria de Estado da Juventude e Emprego], mas se formos a ver, não há transparência nesses projectos – e isso cria mais frustração aos jovens que não possuem oportunidades. Os jovens que são beneficiados são do partido [Frelimo] e militantes; assim, os jovens sem influência não tem a chance e é muito difícil para eles terem oportunidades.

TT, 34 anos, Manica, 13 de Outubro de 2022.

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

A criação de janelas e oportunidades para que os jovens depositem as suas iniciativas, é outra solução avançada como alternativa:

Penso que devemos ter mais informação e acabar com audiências para tratar assuntos com os políticos. O Governo deve arranjar formas de abrir as portas e deixar os jovens submeterem os seus projectos. Se tivéssemos esse espaço, seria bom. Devem existir formas de eu (ou qualquer jovem) identificar os problemas e ir deixar num determinado local. Devia haver mais auscultação no seio da juventude, para conhecer os nossos desafios e dificuldades.

GE, 25 anos, Pemba, 7 de Outubro de 2022.

Além disso, a redução de excessiva burocracia foi vista como uma das alternativas para que os jovens se sintam mais participativos no panorama política:

É preciso confiar mais nos jovens – a SEJE devia envolver mais os jovens. Fala-se que Moçambique é um País jovem, mas quem dirige o País não são jovens. Apostar mais nos jovens e dar mais oportunidades aos jovens é a melhor solução. É preciso dar espaço para os jovens apostarem no empreendedorismo. É preciso dar acesso, diminuir a burocracia para que os jovens sejam donos de si mesmos.

EN, 27 anos, Beira/Sofala, 8 de Outubro de 2022.

A necessidade de abandonar as amarras partidárias é outra proposta que deve ser considerada, para mudar o actual cenário de participação política juvenil:

Eu sinto que as pessoas ainda consideram o partido no poder [Frelimo] como algo eterno, por isso comportam-se dessa forma. Eu gostaria que as pessoas convivessem sem, necessariamente, olhar para os outros via cores partidárias. Somos livres de fazer parte ou não dos partidos políticos. Devemos ser vistos a partir da nossa acção e não por causa dos nossos partidos – as pessoas deviam ter uma mente [mais] aberta.

HN, 28 anos, Pemba, 9 de Outubro de 2022.

Noutro desenvolvimento, os jovens acreditam que a mudança deve começar dos próprios jovens como agentes do seu destino, tal como ilustram as duas falas abaixo:

Eu, como jovem, tenho algumas oportunidades, sobretudo porque faço parte de uma organização juvenil. Se calhar, alguns jovens têm falta de coragem ou medo; as vezes, é preciso preparar-se mentalmente. É preciso fazer parte das organizações; todavia, alguns jovens, por mais que tenham algo a dizer, ficam calados. A coragem é importante para que os jovens exponham o que pensam, mas muitos [jovens] têm medo – alguns pensam que devem fazer parte de partidos políticos para poderem falar com os políticos.

AP, 35 anos, Pemba, 8 de Outubro de 2022.

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

Eu penso que o jovem devia parar de lamentar e procurar soluções, porque, em algum momento, o jovem sente que as pessoas devem ter pena dele. Isso deve partir de nós, porque somos capazes, devemos olhar para o mundo de forma crítica e ter a capacidade de resolver o problema. Nós temos de parar de reclamar e ter capacidades de criar o auto-emprego, porque o País ainda não é transparente e quem tem oportunidades são pessoas privilegiadas. Se não tenho onde recorrer, devo investir para mudar a situação.

SM, Sofala, 22 anos, 10 de Outubro de 2022.

A aposta nos espaços virtuais é, igualmente, vista como um meio-termo para fugir à captura exercida contra vozes juvenis ao nível local<sup>77</sup>:

Dizem que temos liberdade, mas, no terreno, não vemos isso. Os jovens participam de forma escondida, é algo inorgânico – há muito medo entre os jovens aqui [em Tete]. A maioria dos desempregados são jovens e eles olham para isso como impedimento para participar (na vida política do País). Eles não se envolvem politicamente por causa da sua situação e preferem ficar no silêncio; se se envolverem nisso, depois são amedrontados, mas eu vejo mais o envolvimento no espaço virtual, porque os jovens, agora, não preferem espaço físico, mas virtual.

N da C, Tete, 27 anos, 1 de Novembro de 2022.

Assumindo a última fala, importa destacar que os espaços virtuais, em especial as redes sociais da Internet, são vistos como alternativa para uma participação acentuada dos jovens na esfera local, com particular incidência nos Municípios.<sup>78</sup> Contudo, como já referido antes, a baixa penetração da Internet pode tornar tal solução impraticável ou com impacto reduzido.

### **CONCLUSÕES**

O debate em torno de jovens e política ocupa, nos dias actuais, um espaço privilegiado, dado que a tendência demográfica de vários Países, incluindo Moçambique, sugere que os jovens são a maioria, o que consequentemente coloca desafios de várias ordens, seja do ponto de vista social (acesso aos serviços), económico (emprego) e político (governança e políticas públicas). Assim, a realização de um estudo como este se mostra pertinente, com vista a perceber as tendências de participação política dos jovens em Moçambique.

Este estudo discutiu os desafios e as oportunidades de participação política dos jovens em Moçambique, com enfoque para a dimensão local – Municipal, na região do Vale do Zambeze e em Cabo Delgado. Ficou demonstrado que, apesar de não apresentarem os mesmos anseios em função do seu local de proveniência e residência, os jovens enfrentam obstáculos de várias ordens, com destaque para a falta de

<sup>77</sup> Ver Tsandzana, D., Redes sociais da Internet como "tubo de escape" juvenil no espaço político-urbano em Moçambique, *Cadernos de Estudos Africanos*, Vol. 40, No. 2, 2020, pp. 167-189.

<sup>78</sup> Tsandzana, D., Op cit.

## Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

oportunidades laborais, exclusão em função de cores partidárias, bem como a falta de aceitação pelos actores mais velhos.

Igualmente, foram apontadas as barreiras da permanente desconfiança que os jovens enfrentam para que sejam, de facto, reconhecidos como agentes de mudança. Diante da conclusão acima, em forma de fecho, a tabela abaixo faz a súmula das principais recomendações e possíveis soluções a serem extraídas deste estudo, as quais seguem um modelo que privilegia a solução a ser tomada, a estratégia a ser usada e, por fim, as responsabilidades de cada actor na sua implementação. Para tal, a primeira tabela apresenta as estratégias de intervenção que podem ser usadas pelo Programa Igual para melhorar a sua intervenção na promoção e protecção de direitos humanos juvenis, enquanto a segunda tabela sugere soluções gerais para melhorar a participação política dos jovens, em função de cada actor.

### **Estratégias para o Programa Igual na área de Direitos Humanos Juvenis**

<b>Acção</b>	<b>Estratégia</b>
Identificar e Trabalhar com o Local	Embora já iniciado, é necessário ampliar o mapeamento das organizações juvenis que trabalham na área de direitos humanos e participação cívica dos jovens, em particular as mulheres, com o propósito de buscar melhores práticas que possam apoiar as estratégias e acções a ser adoptadas pelo Programa Igual e seus parceiros. Igualmente, esse mapeamento será importante para engajar actores locais,
<i>Champions</i> : Prémio Juvenil de Direitos Humanos	Através da já existente iniciativa para apoio de projectos locais, o Programa Igual pode adoptar uma linha exclusiva de acções que estejam ligadas aos direitos humanos juvenis, onde em cada ano poderá instituir um 'prémio juvenil de direitos humanos', seleccionado por um júri composto por especialistas em direitos humanos, juventude e política em Moçambique. Este prémio deverá servir unicamente como estímulo, não se devendo apostar na vertente material/financeira como a principal motivação-
Colaboração com Influenciadores Juvenis	Por meio das plataformas digitais, o Programa Igual pode lançar uma campanha de busca de boas práticas juvenis em prol dos direitos humanos em Moçambique, fazendo com que estes exemplos possam largamente estar ao dispor do público jovem, por meio de ferramentas virtuais como Facebook e WhatsApp. Para tal, o trabalho junto de especialistas de comunicação e media, e influenciadores digitais será de capital importância. Essa estratégia é fundamental, sobretudo num contexto em que as plataformas de comunicação digitais crescem como espaços de 'escapamento' para a participação política juvenil
Aposta na Cultura e Desporto	Para o sucesso das acções do Programa Igual na área de direitos humanos, sugere-se uma aposta que possa ir para além do politicamente formal, fazendo desta forma uma abordagem igualmente informal, por meio da cultura e do desporto. Assim, o trabalho com associações de jovens criativos é uma das estratégias que pode ser adoptada. Nessas acções, a aposta no teatro, pintura de rua e encenação, podem ser acções de menor custo, mas com larga abrangência e que interessem aos jovens.

Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado  
e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

<b>Ação</b>	<b>Estratégia</b>
Fortalecimento Institucional	Ao longo do presente estudo, os entrevistados, globalmente jovens, queixaram da falta de oportunidades formativas que possam fortalecer as suas capacidades. Assim, sugere-se que para além das habituais janelas oferecidas pelo Programa Igual, possam ser adoptados mecanismos focados aos direitos humanos juvenis. Para tal, podem ser seleccionadas organizações locais que tenham sido identificadas no acto do mapeamento já explicado na primeira estratégia desta tabela. Igualmente, podem ser capacitados jovens por meio da técnica e prática (ferramentas para a vida), para que estes [jovens] possam obter meios de auto-sustento.

**Tabela 8:** Estratégias para o Programa Igual na área de Direitos Humanos Juvenis (Tsandzana, 2022)

**Soluções, Estratégias e Responsabilidades**

<b>Solução</b>	<b>Estratégia</b>	<b>Responsabilidade</b>
Maior aposta no associativismo ao nível local	Fomento de organizações com o foco na intervenção juvenil, ao nível Municipal, acelerando a sua devida formalização como espaço de engajamento cívico dos jovens.	Secretárias da Juventude ao nível distrital e provincial devem ser consideradas espaços que podem facilitar o surgimento de mais organizações juvenis.
Institucionalização de uma Plataforma Juvenil Municipal	Criação de uma rede local responsável pela difusão de informação sobre as oportunidades juvenis ao nível Municipal – seja por via virtual ou organizações que trabalhem em temáticas sobre jovens (e mulheres).	As Organizações da Sociedade Civil ao nível local deverão ser os primeiros actores que promovem a institucionalização de tais plataformas, sobretudo com aposta nas redes sociais da <i>Internet</i> .
Criação de mecanismos de supervisão das iniciativas da SEJE e promoção do emprego juvenil e local	Urgência em se criar espaços de denúncia contra extorsão de oportunidades juvenis, dado haver o entendimento segundo o qual diversas oportunidades dos jovens ficam sob domínio dos mesmos actores que possuem o poder de decisão, marcadamente no seio da Secretaria da Juventude e Emprego. Igualmente, há necessidade de trazer mais oportunidades laborais aos jovens.	As Organizações da Sociedade Civil juvenis (e de mulheres) devem criar ferramentas que permitam mapear a existência dos diversos programas e políticas da SEJE, difundi-los e, por via disso, monitorar os beneficiários.
Mapeamento dos principais actores juvenis	Levantamento de uma Base de Dados compreensível e acessível sobre as Organizações da Sociedade Civil que trabalham com questões juvenis ao nível local, pois a dispersão de esforços se mostra como elemento que inibe mais jovens de aderirem às organizações ou conhecerem as actividades por estas realizadas.	Os Municípios, representados pelas suas vereações, são responsáveis pelo contacto com organizações juvenis. Igualmente, as organizações de âmbito local podem reunir-se em plataformas cívico-juvenis.

Vozes Juvenis e Política em Cabo Delgado  
e na região do Vale do Zambeze: **Percursos e Desafios**

Capacitações juvenis sobre instrumentos de governação	Dada à necessidade de se prover capacidades aos jovens, identificou-se a necessidade de realização de capacitações como ferramenta que possibilitará a disponibilização de informação aos jovens sobre os espaços, os instrumentos e as oportunidades de participação existentes ao nível local e nacional.	As Organizações da Sociedade Civil (seus parceiros e financiadores) são chamadas a criar programas que capacitem os jovens em diferentes matérias de governação e cidadania local.
-------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

**Tabela 9:** Soluções, Estratégias e Responsabilidades (Tsandzana, 2022)

